

Terra Santa Agro S.A.

**Informações contábeis
intermediárias em
30 de setembro de 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão das informações contábeis intermediárias	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações dos resultados	6
Demonstração dos resultados abrangentes	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Demonstrações do valor adicionado	11
Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias	12



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de Informações Trimestrais - ITR

Aos
Acionistas, aos Conselheiros e aos Administradores da
Terra Santa Agro S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Terra Santa Agro S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações do valor adicionado acima referidas não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 31 de outubro de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6

Ulysses M. Duarte Magalhães
Contador CRC RJ-092095/O-8

Terra Santa Agro S.A.

Balancos patrimoniais em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		30.09.2018	31.12.2017	30.09.2018	31.12.2017
Circulante					
Caixas e equivalentes de caixa	3	9.916	10.514	24.702	10.561
Títulos e valores mobiliários		488	466	488	710
Contas a receber de clientes	4	15.634	12.523	15.919	12.719
Títulos a receber	5	4.775	7.839	22.248	26.187
Instrumentos financeiros derivativos	23	963	-	963	-
Estoques	6	494.158	259.057	503.609	259.067
Ativos biológicos	7	39.682	202.684	39.682	202.684
Tributos a recuperar	8	15.428	12.356	18.894	17.671
Despesas antecipadas		974	699	1.180	4.180
Outros ativos		873	2.484	892	2.490
Ativos não circulantes mantidos para venda	9	2.934	51	2.934	51
Total do ativo circulante		585.825	508.673	631.511	536.320
Não circulante					
Títulos a receber	5	9.922	11.339	9.930	11.339
Tributos a recuperar	8	49.840	50.695	87.643	89.180
Tributos diferidos	10	164.486	171.567	164.486	171.567
Depósitos judiciais	21	2.573	2.725	20.789	20.223
Adiantamentos para futuro aumento de capital	11	347	336	-	-
Outros ativos		12.793	12.759	12.796	12.761
Total do realizável a longo prazo		239.961	249.421	295.644	305.070
Propriedade para investimento					
Investimentos	13	7.453	7.840	7.453	7.840
Imobilizado	12	1.223.493	1.201.599	-	-
Intangível	14	221.092	242.225	1.073.966	1.092.802
	15	1.077	1.243	277.299	280.427
Total do ativo não circulante		1.693.076	1.702.328	1.654.362	1.686.139
Total do ativo		2.278.901	2.211.001	2.285.873	2.222.459

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		30.09.2018	31.12.2017	30.09.2018	31.12.2017
Circulante					
Salários e contribuições sociais		17.546	11.330	17.669	11.434
Fornecedores	16	155.178	150.940	155.191	151.079
Tributos a recolher		20.340	6.921	22.076	8.886
Empréstimos e financiamentos	17	300.160	227.673	301.334	230.089
Mútuos	11	-	45.348	-	-
Tributos parcelados	20	2.075	2.355	4.213	5.642
Adiantamentos de clientes	18	130.322	142.934	130.432	143.123
Instrumentos financeiros derivativos	23	4.537	11.947	4.537	11.947
Arrendamentos a pagar		1.625	19.201	1.625	16.237
Dívida com a União - PESA	19	3.253	2.923	3.253	2.923
Títulos a pagar		4.082	6.645	4.250	6.914
Total do passivo circulante		639.118	628.217	644.580	588.274
Não circulante					
Fornecedores	16	7.525	-	7.525	-
Empréstimos e financiamentos	17	641.487	561.607	645.706	561.607
Mútuos	11	66.745	-	-	-
Tributos parcelados	20	6.031	7.307	8.927	10.165
Títulos a pagar		1.468	579	2.959	2.207
Tributos diferidos	10	-	-	61.626	48.668
Provisão para demandas judiciais	21	21.882	19.618	21.882	19.618
Provisão para perdas em investimentos	12	1.977	1.753	-	-
Total do passivo não circulante		747.115	590.864	748.625	642.265
Total do passivo		1.386.233	1.219.081	1.393.205	1.230.539
Patrimônio líquido					
Capital	22	2.707.502	2.707.502	2.707.502	2.707.502
Reservas de capital		1.393	1.890	1.393	1.890
Ajustes de avaliação patrimonial		(145.453)	(15.926)	(145.453)	(15.926)
Prejuízos acumulados		(1.670.774)	(1.701.546)	(1.670.774)	(1.701.546)
Total do patrimônio líquido		892.668	991.920	892.668	991.920
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.278.901	2.211.001	2.285.873	2.222.459

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Terra Santa Agro S.A.

Demonstrações dos resultados

Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Nota	Controladora				
	2018		2017		
	Trimestre	9 meses	Trimestre (reclassificado)	9 meses (reclassificado)	
Receita líquida de vendas	25	204.790	555.778	97.261	417.074
Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	26	55.819	242.178	(384)	80.608
Realização do valor justo dos ativos biológicos	26	(43.885)	(154.413)	10.038	(54.648)
Custo dos produtos vendidos	26	(188.292)	(487.457)	(128.958)	(421.042)
Lucro (prejuízo) bruto		28.432	156.086	(22.043)	21.992
Recitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	26	(3.749)	(10.246)	(3.382)	(3.404)
Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem	26	(10.685)	(33.280)	(12.382)	(37.554)
Honorários da administração	24 e 26	(1.375)	(5.350)	(1.795)	(5.458)
Resultado de equivalência patrimonial	12	5.818	25.329	5.462	(1.474)
Provisão para perdas em investimentos	12	(208)	(224)	(16)	(36)
Outras recitas (despesas), líquidas	26	(3.696)	(3.029)	737	20.266
		(13.895)	(26.800)	(11.376)	(27.660)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e do imposto sobre a renda e da contribuição social		14.537	129.286	(33.419)	(5.668)
Resultado financeiro	27				
Receitas financeiras		9.979	32.392	4.629	14.540
Despesas financeiras		(37.620)	(107.646)	(26.278)	(78.533)
Derivativos, líquidos		(2.652)	1.241	(253)	(1.772)
Variações cambiais, líquidas		(1.167)	(24.336)	6.664	11.235
		(31.460)	(98.349)	(15.238)	(54.530)
Lucro (prejuízo) antes do imposto sobre a renda e da contribuição social		(16.923)	30.937	(48.657)	(60.198)
Imposto sobre a renda e contribuição social	10(b)				
Diferido		(6.265)	507	(16.216)	40.513
Lucro líquido (prejuízo) do período		(23.188)	31.444	(64.873)	(19.685)
Lucro líquido (prejuízo) do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia		(23.188)	31.444	(64.873)	(19.685)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Terra Santa Agro S.A.

Demonstrações dos resultados

Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto lucro (prejuízo) por ação)

Nota	Consolidado				
	2018		2017		
	Trimestre	9 meses	Trimestre (reclassificado)	9 meses (reclassificado)	
Receita líquida de vendas	25	205.989	580.224	103.565	486.221
Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	26	61.819	250.505	(3.016)	93.369
Realização do valor justo dos ativos biológicos	26	(43.885)	(154.413)	10.038	(63.893)
Custo dos produtos vendidos	26	(188.528)	(484.269)	(125.683)	(454.631)
Lucro (prejuízo) bruto		35.395	192.047	(15.096)	61.066
Recargas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	26	(3.749)	(10.247)	(3.404)	(6.952)
Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem	26	(11.487)	(35.489)	(13.114)	(39.846)
Honorários da administração	24 e 26	(1.375)	(5.350)	(1.795)	(5.458)
Outras recargas (despesas), líquidas	26	(3.480)	(3.821)	784	6.278
		(20.091)	(54.907)	(17.529)	(45.978)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e do imposto sobre a renda e da contribuição social		15.304	137.140	(32.625)	15.088
Resultado financeiro	27				
Receitas financeiras		10.488	33.915	4.905	15.435
Despesas financeiras		(35.887)	(104.017)	(26.136)	(102.425)
Derivativos, líquidos		(2.652)	1.241	(253)	(1.772)
Variações cambiais, líquidas		(1.167)	(24.344)	7.013	12.202
		(29.218)	(93.205)	(14.471)	(76.560)
Lucro (prejuízo) antes do imposto sobre a renda e da contribuição social		(13.914)	43.935	(47.096)	(61.472)
Imposto sobre a renda e contribuição social	10(b)				
Diferido		(9.274)	(12.491)	(17.777)	41.787
Lucro líquido (prejuízo) do período		(23.188)	31.444	(64.873)	(19.685)
Lucro líquido (prejuízo) do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia		(23.188)	31.444	(64.873)	(19.685)
Lucro (prejuízo) por ação ordinária:					
Básico e diluído - em R\$	29	(1.2944)	1.7553	(3.6214)	(1.0989)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Terra Santa Agro S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes

Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Controladora e consolidado			
	2018		2017	
	Trimestre	9 meses	Trimestre	9 meses
Lucro líquido (prejuízo) do período	(23.188)	31.444	(64.873)	(19.685)
Outros resultados abrangentes:				
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado				
Resultado líquido com instrumentos financeiros designados como <i>hedge accounting</i>	(26.526)	(121.322)	33.411	36.623
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	-	-	(11.360)	(12.452)
Alteração no regime de tributação em 1º de janeiro de 2018	-	(8.205)	-	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social	(26.526)	(129.527)	22.051	24.171
Resultado abrangente total	(49.714)	(98.083)	(42.822)	4.486

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Terra Santa Agro S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital				Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Gastos com emissão de ações	Reservas de capital	Ajustes de avaliação patrimonial		
Saldo reapresentado em 1º de janeiro de 2017		2.728.353	(20.851)	2.108	(22.725)	(1.709.249)	977.636
Resultado abrangente do período							
Prejuízo do período		-	-	-	-	(19.685)	(19.685)
Outros resultados abrangentes do período		-	-	-	24.171	-	24.171
Total de resultados abrangentes do período, líquidos de impostos		-	-	-	24.171	(19.685)	4.486
Transações de capital							
Efeitos com plano de opções de ações reconhecidos no período	30	-	-	(252)	-	353	101
Total de transações de capital		-	-	(252)	-	353	101
Saldo em 30 de setembro de 2017		<u>2.728.353</u>	<u>(20.851)</u>	<u>1.856</u>	<u>1.446</u>	<u>(1.728.581)</u>	<u>982.223</u>
Saldo apresentado em 31 de dezembro de 2017		2.728.353	(20.851)	1.890	(15.926)	(1.701.546)	991.920
Impacto da adoção do CPC 48 / IFRS 9	2.2	-	-	-	-	(1.272)	(1.272)
Saldo apresentado em 1º de janeiro de 2018		<u>2.728.353</u>	<u>(20.851)</u>	<u>1.890</u>	<u>(15.926)</u>	<u>(1.702.818)</u>	<u>990.648</u>
Resultado abrangente do período							
Lucro líquido do período		-	-	-	-	31.444	31.444
Outros resultados abrangentes do período		-	-	-	(129.527)	-	(129.527)
Total de resultados abrangentes do período, líquidos de impostos		-	-	-	(129.527)	31.444	(98.083)
Transações de capital							
Efeitos com plano de opções de ações reconhecidos no período	30	-	-	(497)	-	600	103
Total de transações de capital		-	-	(497)	-	600	103
Saldo em 30 de setembro de 2018		<u>2.728.353</u>	<u>(20.851)</u>	<u>1.393</u>	<u>(145.453)</u>	<u>(1.670.774)</u>	<u>892.668</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Terra Santa Agro S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) antes do imposto sobre a renda e da contribuição social	30.937	(60.198)	43.935	(61.472)
Ajustes de:				
Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	26	(242.178)	(80.608)	(250.505)
Realização do valor justo dos ativos biológicos	26	154.413	54.648	154.413
Depreciações e amortizações	26	23.598	25.858	26.617
Resultado na venda e baixas de bens do imobilizado	26	234	293	246
Resultado da equivalência patrimonial	12.3	(25.329)	1.474	-
Provisão para perdas em investimentos	12.3	224	36	-
Despesas com planos de outorga de opções de compra de ações	30.b	103	101	103
Provisão para demandas judiciais		4.096	47	4.096
Provisão (reversão) das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	4 e 5	238	(21.129)	38
Reversão da provisão das perdas estimadas em estoques	6	(299)	(77)	(299)
Provisão (reversão) dos créditos tributários ao valor recuperável	25	-	(1.798)	-
Adesão a parcelamentos tributários		-	1.616	-
Impairment de ativos, incluindo ágio alocado a contratos		-	149	-
Ajuste a valor presente de ativos e passivos financeiros	27	8.537	5.987	7.707
Juros e variações cambiais, líquidos		61.579	67.985	61.530
			61.530	93.033
Variação nos ativos e passivos:				
Contas a receber de clientes		(3.805)	(10.784)	(3.707)
Titulos a receber	28	5.784	7.139	7.604
Estoques		(178.221)	(174.475)	(179.782)
Ativos biológicos		198.456	172.611	198.456
Tributos a recuperar	28	(5.530)	(22.115)	(3.736)
Despesas antecipadas		(275)	(839)	3.000
Outros ativos		1.577	1.985	1.563
Ativos não circulantes mantidos para venda		42	-	42
Depósitos judiciais		(1.680)	31	(2.398)
Salários e contribuições sociais		6.216	7.708	6.235
Fornecedores	28	17.118	(21.742)	11.755
Tributos a recolher	28	16.732	10.621	17.240
Adiantamentos de clientes		(12.612)	8.743	(12.691)
Tributos parcelados		(2.006)	16.536	(2.667)
Arrendamentos a pagar		(17.576)	(9.293)	(14.612)
Dívida com a União - PESA		-	-	-
Mútuos		21.386	35.404	-
Titulos a pagar		(1.674)	(893)	(1.913)
				(968)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	60.085	15.021	72.270	12.914
Juros pagos		(37.224)	(24.678)	(37.386)
Instrumentos financeiros derivativos recebidos - NDF		(7.132)	4.124	(7.132)
				4.124
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	15.729	(5.533)	27.752	(7.640)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aplicações financeiras		(22)	-	222
Recebimento pela venda de ativo imobilizado	28	3.668	1.026	3.668
Aquisição de imobilizado	28	(7.497)	(11.930)	(7.497)
Aquisição de intangível		(145)	(70)	(146)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(3.996)	(10.974)	(3.753)	(11.129)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captações de empréstimos e financiamentos	17	181.822	131.774	186.701
Amortização de empréstimos e financiamentos	17	(192.582)	(100.727)	(194.988)
Pagamentos de custos de captação	17	(1.571)	(1.347)	(1.571)
Instrumentos financeiros derivativos pagos - Swap	17	-	(235)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(12.331)	29.465	(9.858)	29.465
(Redução) aumento líquidos de caixas e equivalentes de caixa	(598)	12.958	14.141	10.696
Caixas e equivalentes de caixa no início do período	10.514	1.768	10.561	4.232
Caixas e equivalentes de caixa no final do período	9.916	14.726	24.702	14.928

Informações suplementares ao fluxo de caixa estão demonstradas na nota explicativa 27.

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Terra Santa Agro S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017 (reclassificado)	2018	2017 (reclassificado)
Receitas				
Vendas de mercadorias e produtos	592.728	460.389	619.966	534.969
Outras receitas	3.934	4.271	5.016	4.689
Abatimentos e devolução de vendas	(152)	(1.268)	(987)	(1.984)
Reversão das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	237	21.129	35	21.129
Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	242.178	80.608	250.505	93.369
	<u>838.925</u>	<u>565.129</u>	<u>874.535</u>	<u>652.172</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Matérias-primas consumidas	(239.916)	(240.828)	(239.916)	(240.828)
Realização do valor justo dos ativos biológicos	(154.413)	(54.648)	(154.413)	(63.893)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(196.104)	(126.145)	(191.378)	(148.017)
Reversão de perdas estimadas em estoques	299	77	299	77
Outras despesas	(12.088)	(7.637)	(13.993)	(22.737)
	<u>(602.222)</u>	<u>(429.181)</u>	<u>(599.401)</u>	<u>(475.398)</u>
Valor adicionado bruto	236.703	135.948	275.134	176.774
Depreciações e amortizações	(23.598)	(25.858)	(26.617)	(27.742)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	<u>213.105</u>	<u>110.090</u>	<u>248.517</u>	<u>149.032</u>
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	25.329	(1.474)	-	-
Provisão para perdas em investimentos	(224)	(36)	-	-
Receitas financeiras	49.027	34.233	50.549	36.081
	<u>287.237</u>	<u>142.813</u>	<u>299.066</u>	<u>185.113</u>
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal:				
Remuneração direta	47.874	44.428	47.949	58.183
Benefícios	1.204	1.037	1.212	1.042
FGTS	3.801	3.241	3.806	4.341
	<u>52.879</u>	<u>48.706</u>	<u>52.967</u>	<u>63.566</u>
Impostos, taxas e contribuições:				
Federais	15.797	13.846	17.008	16.044
Estaduais	12.256	10.526	13.209	12.489
Municipais	170	221	200	904
Diferidos	(507)	(40.513)	12.491	(41.787)
	<u>27.716</u>	<u>(15.920)</u>	<u>42.908</u>	<u>(12.350)</u>
Remuneração de capitais de terceiros:				
Juros e variações cambiais	150.384	100.169	146.396	112.221
Multas	2.964	4.921	3.501	16.739
Aluguéis e arrendamentos	21.850	24.622	21.850	24.622
	<u>175.198</u>	<u>129.712</u>	<u>171.747</u>	<u>153.582</u>
Remuneração de capitais próprios:				
Lucro líquido (prejuízo) do período	31.444	(19.685)	31.444	(19.685)
	<u>31.444</u>	<u>(19.685)</u>	<u>31.444</u>	<u>(19.685)</u>
Valor adicionado distribuído	<u>287.237</u>	<u>142.813</u>	<u>299.066</u>	<u>185.113</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

1.1 Atividades operacionais

A Terra Santa Agro S.A. ("Companhia" ou "Terra Santa Agro"), foi constituída em 18 de julho de 2003, sob a denominação de Brasil Biodiesel Comércio e Indústria de Óleos Vegetais Ltda., como uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, tendo atualmente sede na Praça General Gentil Falcão, 108 - cj 81, Brooklin Novo, São Paulo - SP.

Em 9 de novembro de 2006, por meio do OFÍCIO/CVM/SEP/RIC/nº 046/2006, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) concedeu à Companhia o registro de "Companhia Aberta", possibilitando a negociação de ações ordinárias de sua emissão no mercado de bolsa de valores (B3).

A Companhia tem como objetivo principal alcançar a excelência operacional na produção de grãos e fibras e no desenvolvimento de terras e, em conjunto com a controlada TS Brasil S.A., exploram atividades agrícolas, com destaque para as culturas de soja, milho e algodão, e suas atividades consistem basicamente em:

- cultivo de produtos agrícolas e sua comercialização;
- comercialização de insumos agropecuários;
- beneficiamento do algodão em caroço, próprio e de terceiros;
- prestação de serviços de armazenagem de produtos agrícolas;
- Essas atividades são exploradas em terras próprias, arrendadas de terceiros e sob regime de parceria agrícola com a parte relacionada TS Brasil S.A.

1.2 Incorporação da Maeda S.A. Agroindustrial

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de fevereiro de 2018, a controlada Vanguarda do Brasil S.A. efetuou a incorporação da controlada Maeda S.A. Agroindustrial, com base em laudo de avaliação a valor contábil de 31 de dezembro de 2017 emitido por peritos avaliadores independentes, com acervo líquido incorporado, incluindo as variações patrimoniais até esta data, no montante de R\$ 106.160, com intuito de reorganização administrativa, operacional, financeira e jurídica dos negócios da Companhia, segregando e redistribuindo seus ativos, passivos e projetos de maneira a otimizar a sua estrutura de capital e de gestão e, ao mesmo tempo, permitir realocar tais ativos e passivos com maior eficiência. Após a incorporação, a Maeda S.A. Agroindustrial foi extinta. Nesta mesma data, foi aprovada, por unanimidade dos acionistas presentes, a alteração da denominação social da controlada de Vanguarda do Brasil S.A. para TS Brasil S.A.

1.3 Situação econômica e financeira da Companhia

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia e suas controladas apresentaram um capital circulante líquido negativo de R\$ 53.293 e R\$ 13.069 na controladora e consolidado, respectivamente, substancialmente representado pelos passivos bancários e fornecedores exigíveis nos próximos 12 (doze) meses.

Uma parcela importante dos passivos bancários da Companhia corresponde à dívida de custeio, constituída para financiar a safra, e liquidada com recursos da própria safra. Considerando o êxito já obtido em renegociações com fornecedores e bancos nos últimos anos, a Administração espera que a parcela referente ao custeio, que inclui capital de giro, venha a ser integralmente renovada, conforme prática característica do setor.

A Administração está tomando medidas, em antecipação a possíveis problemas de caixa que possam ocorrer em 2019, sendo as seguintes principais ações em andamento: (i) tratativas junto às principais instituições financeiras credoras com o objetivo de explorar alternativas que possibilitem a adequação do fluxo de caixa financeiro ao fluxo de geração de caixa operacional; (ii) plano de venda de ativos, não operacionais ou pouco rentáveis, em valor aproximado de R\$ 101.000, a ser realizado até o final de 2019; e (iii) outras alternativas de financiamento por meio emissões públicas no mercado de capitais.

Complementarmente, a geração operacional de caixa tem superado às expectativas iniciais e apresenta significativa melhora. Entre os principais fatores estão: indicadores operacionais robustos, em especial a produtividade e a redução dos custos operacionais e a desvalorização da taxa de câmbio.

Por fim, faz parte das nossas atribuições cotidianas o monitoramento contínuo da nossa expectativa de geração de caixa e gestão financeira que contempla a captação de novos recursos necessários para o financiamento das operações nos meses futuros. Por isso, a Administração está confiante na capacidade que a Companhia tem de operacionalizar seus planos de financiamento e na consequente manutenção de sua continuidade operacional. Adicionalmente, é importante destacar que a Companhia possui patrimônio significativamente superior às suas obrigações financeiras e operacionais, representado majoritariamente por terras agrícolas que tem valor de mercado equivalente a R\$ 1.267.910, conforme indicado por avaliação efetuada em outubro de 2017 por consultoria externa e, que estão sujeitas a condições de garantias divulgadas na nota explicativa 14.3.

2 Resumo das principais políticas contábeis

2.1 Base de preparação

As informações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Conforme descrito no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas nessas ITR de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações anuais. Dessa forma, com exceção aos assuntos descritos no tópico “Adoção de novas normas”, estas informações trimestrais foram elaboradas seguindo a base de preparação, métodos de cálculo e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, publicadas em 27 de março de 2018, e devem ser lidas em conjunto com tais demonstrações. Entretanto, informações selecionadas foram incluídas para explicar os principais eventos e transações ocorridas para possibilitar o entendimento das mudanças na posição financeira e desempenho das operações da Companhia desde a publicação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Na preparação destas informações contábeis intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e não sofreram alterações relevantes na preparação destas informações intermediárias em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

A Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRSs não requerem a apresentação dessa demonstração, sendo considerada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações trimestrais.

Em 30 de outubro de 2018, foi autorizada pela administração da Companhia e pelo Conselho de Administração a emissão das informações contábeis intermediárias.

2.2 Adoção de novas normas

A Companhia e suas controladas adotaram inicialmente o CPC 47 / IFRS 15 Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018. Uma série de outras novas normas são efetivas a partir de 1º de janeiro de 2018, contudo, sem efeito material nas demonstrações financeiras do Companhia.

CPC 47 / IFRS 15 Receita de Contrato com Cliente

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. Substitui o CPC 30 / IAS 18 Receitas, o CPC 17 / IAS 11 Contratos de Construção e interpretações relacionadas.

A Companhia adotou o CPC 47 / IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com efeito de adoção inicial da norma reconhecida na data da aplicação inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada e, desta forma, foi apresentada conforme reportado anteriormente de acordo com o CPC 30 / IAS 18, CPC 17 / IAS 11 e interpretações relacionadas.

A Administração avaliou essa nova norma e não identificou efeitos relevantes em suas informações contábeis intermediárias, considerando a natureza de suas transações de venda, onde as obrigações de performance são claras e a transferência do controle dos bens e serviços não é complexa.

CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 traz novas abordagens sobre a classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, um novo modelo de redução ao valor recuperável e novas regras para contabilização de hedge accounting.

Os principais impactos estão relacionados à classificação dos ativos financeiros, vide divulgação na nota explicativa 23, uma vez que a nova norma alterou as categorias de classificação dos ativos financeiros, eliminando as categorias de mantido até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponível para venda. Com isso, os ativos financeiros passaram a ser classificados em uma das seguintes categorias: ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado abrangente e ao valor justo por meio do resultado.

Em relação aos passivos financeiros, os requisitos de classificação e mensuração foram praticamente inalterados em relação à norma anterior (CPC 39/IAS 39), incluindo aqueles relativos aos derivativos embutidos e à opção de designação de passivos financeiros ao valor justo.

A Companhia avaliou os seus modelos de negócio quando da adoção inicial da IFRS 9, em 1º de janeiro de 2018, e nenhum impacto significativo foi identificado nas informações contábeis intermediárias.

- Impairment de ativos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 substituiu a abordagem de “perda incorrida” do CPC 38 / IAS 39 por uma abordagem de perda de crédito esperada (“ECL - *Expected Credit Loss*”). O novo modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações). De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que de acordo com o CPC 38 / IAS 39.

Para os contas e títulos a receber, a Companhia adotou uma abordagem simplificada e realizou o cálculo da perda esperada, tomando como base a expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida do instrumento financeiro. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisão que é baseada em seu histórico de perdas de crédito, ajustada a fatores prospectivos específicos do ambiente econômico na qual atua e por qualquer garantia financeira relacionada ao recebível.

A Companhia reavaliará a cada data de apresentação de suas informações contábeis intermediárias se os ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado devem ser submetidos a *impairment*. Uma perda por *impairment* é reconhecida em relação a determinado ativo financeiro na ocorrência de um ou mais eventos que impactem negativamente os seus fluxos de caixa futuros estimados.

Perdas de crédito esperadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito real nos últimos três anos. A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda de crédito esperada separadamente para clientes de baixo risco e clientes de alto risco e a carteira de clientes foi segmentada com base em características comuns de risco de crédito, como posição no mercado e histórico de atrasos e inadimplência.

A Companhia adotou o CPC 48 (IFRS 9) usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). A Companhia e a controlada TS Brasil S.A. determinaram que a aplicação dos requerimentos de *impairment* do CPC 48 / IFRS 9 em 1º de janeiro de 2018 resultaram em uma provisão adicional conforme segue abaixo, que teve como contrapartida a rubrica de Prejuízos acumulados, conforme quadro abaixo apresentado:

	Controladora	Consolidado
Provisão para perdas de crédito no contas a receber de clientes (nota explicativa 4)	(18)	(18)
Provisão para perdas de crédito em títulos a receber (nota explicativa 5)	(4.907)	(4.907)
Provisão para perdas de créditos esperadas em 31 de dezembro de 2017 conforme CPC 38 / IAS 39	(4.925)	(4.925)
Provisão para perdas de crédito esperadas reconhecida na adoção do CPC 48 / IFRS 9 - contas a receber de clientes	(18)	(38)
Provisão para perdas de crédito esperadas reconhecida na adoção do CPC 48 / IFRS 9 - títulos a receber	(1.792)	(1.889)
Provisão para perdas em 1º de janeiro de 2018 conforme CPC 48 / IFRS 9	(6.735)	(6.852)
Provisão para perdas de crédito no contas a receber de clientes (nota explicativa 4)	(36)	(56)
Provisão para perdas de crédito em títulos a receber (nota explicativa 5)	(6.699)	(6.796)
	(6.735)	(6.852)

- Contabilidade de *Hedge* (“*hedge accounting*”)

A Companhia optou por adotar o novo modelo de contabilidade de *hedge* previsto no CPC 48 / IFRS 9.

Para se qualificar para a contabilidade de cobertura de acordo com a CPC 38 / IAS 39, um *hedge* tinha de ser altamente eficaz, prospectiva e retrospectivamente. Por conseguinte, a Companhia tinha de realizar duas avaliações de eficácia para cada relação de cobertura. A avaliação prospectiva apoiava a expectativa de que a relação de cobertura seria eficaz no futuro. A avaliação retrospectiva determinava que a relação de cobertura tinha sido eficaz no período de reporte. O CPC 48 / IFRS 9 eliminou a avaliação retrospectiva.

De acordo com o CPC 38 / IAS 39, a cobertura seria considerada altamente eficaz se o deslocamento ocorresse dentro do intervalo de 80% - 125%. O CPC 48 / IFRS 9 eliminou esta avaliação, cabendo a Companhia efetuar o julgamento se a relação de *hedge* é eficaz.

O CPC 48 / IFRS 9 proíbe a interrupção voluntária da contabilidade de *hedge*, quando o objetivo de gestão de risco para um relacionamento de cobertura em particular continua o mesmo e todos os outros critérios de qualificação ainda sejam respeitados. O CPC 38 / IAS 39 permitia a interrupção voluntária da contabilidade de *hedge*. As alterações desta norma contábil

relacionadas ao *hedge* de fluxo de caixa não trouxeram impacto para a Companhia, visto que a norma supracitada trouxe maior flexibilização para a utilização do *hedge accounting*.

2.3 Reapresentação de valores correspondentes

2.3.1 Retificação de erro

a) Demonstrações do valor adicionado:

A Companhia efetuou ajustes nas informações correspondentes das demonstrações do valor adicionado para o período findo em 30 de setembro de 2017. As variações cambiais ativas líquidas e a parcela dos ganhos com instrumentos financeiros derivativos atreladas as operações, anteriormente apresentadas na rubrica de “Juros e variações cambiais”, passaram a ser apresentadas na rubrica de “Receitas financeiras”. Com isso, a geração e a distribuição de valor adicionado nas demonstrações individuais e consolidadas foram aumentadas em R\$ 8.588 e R\$ 9.541, respectivamente.

	30 de setembro de 2017 - Controladora			30 de setembro de 2017 - Consolidado		
	Conforme divulgado anteriormente	Impactos	Reapresentado	Conforme divulgado anteriormente	Impactos	Reapresentado
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	110.090	-	110.090	149.032	-	149.032
Valor adicionado recebido em transferência						
Resultado de equivalência patrimonial	(1.474)	-	(1.474)	-	-	-
Provisão para perdas em investimentos	(36)	-	(36)	-	-	-
Receitas financeiras	25.645	8.588	34.233	26.540	9.541	36.081
Valor adicionado total a distribuir	134.225	8.588	142.813	175.572	9.541	185.113
Distribuição do valor adicionado						
Pessoal:	48.706	-	48.706	63.566	-	63.566
Impostos, taxas e contribuições:	(15.920)	-	(15.920)	(12.350)	-	(12.350)
Remuneração de capitais de terceiros:						
Juros e variações cambiais	91.581	8.588	100.169	102.680	9.541	112.221
Outros	29.543	-	29.543	41.361	-	41.361
Remuneração de capitais próprios:						
Prejuízo do período	(19.685)	-	(19.685)	(19.685)	-	(19.685)
Valor adicionado distribuído	134.225	8.588	142.813	175.572	9.541	185.113

2.3.2 Abertura de contas nas informações correspondentes das demonstrações de resultados

Sem impactar o total das despesas operacionais, líquidas e o resultado financeiro, na controladora e no consolidado e, com o objetivo de segregar a apresentação e divulgação das informações financeiras e a comparabilidade com 2018, a Companhia efetuou certas aberturas nas informações correspondentes das demonstrações dos resultados para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2017. Ressaltamos que se trata de segregação de contas dentro do mesmo grupo de contas do resultado de 2017 para fins comparativos, pois as mesmas foram assim demonstradas em 2018. Vide notas explicativas 24, 26 e 27.

2.4 Base de consolidação

Estas informações trimestrais foram elaboradas seguindo a base de consolidação consistente com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017. Portanto, as correspondentes informações devem ser lidas na nota explicativa 2.3 daquelas demonstrações financeiras.

2.5 Normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o período findo em 30 de setembro de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

IFRS 16 / CPC 06 (R2) - "Operações de Arrendamento Mercantil" - com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 / CPC 06 (R2) entra em vigor para exercícios a serem iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/ CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. A Administração está avaliando os impactos da adoção da norma, uma vez que mantém operações de arrendamento de terras de terceiros com a finalidade de cultivo dos ativos biológicos, totalizando 55,6 mil hectares de terras agriculturáveis e compromissos futuros na ordem de R\$ 140.147 (vide nota explicativa 31 (b)).

A Administração concluiu a avaliação inicial do potencial impacto em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, mas ainda não completou sua avaliação detalhada. O impacto real da aplicação da IFRS 16 / CPC 06 (R2) nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial dependerá das condições econômicas futuras, incluindo a taxa de endividamento da Companhia em 1º de janeiro de 2019, a composição da carteira de arrendamentos nessa data, a avaliação se exercerá quaisquer opções de renovação de arrendamento e a medida em que optará por usar expedientes práticos e isenções de reconhecimento.

Além disso, a natureza das despesas relacionadas com esses contratos de arrendamento agora vai mudar, a IFRS 16 / CPC 06 (R2) substitui a despesa linear de arrendamento operacional com um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

Não é esperado impacto significativo para os arrendamentos financeiros. A Companhia espera que a adoção da IFRS 16 / CPC 06 (R2) não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*) de limite máximo de alavancagem em empréstimos e financiamentos descritos na nota explicativa 17 (ii).

Efeitos de transição: A Companhia e suas controladas aplicarão a IFRS 16 / CPC 06 (R2) inicialmente em 1º de janeiro de 2019, usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção da IFRS 16 / CPC 06 (R2) será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas. Ao aplicar a abordagem retrospectiva modificada para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com a IAS 17 / CPC 06, o arrendatário pode eleger, para cada contrato de arrendamento, se aplicará uma série de expedientes práticos na transição. A Companhia e suas controladas estão avaliando o impacto potencial da utilização desses expedientes práticos.

Outras alterações

- IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda (aplicáveis em exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2019). A Companhia não concluiu o processo de avaliação e mensuração do impacto futuro resultante da adoção do IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda. Conseqüentemente, a Companhia está impossibilitada de divulgar os possíveis impactos, se algum, no balanço e nos resultados conforme requerido pelo CPC 23 - Políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erro (IAS 8).

3 Caixas e equivalentes de caixa

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2018	31.12.2017	30.09.2018	31.12.2017
Bancos em moeda nacional	3.264	105	18.034	132
Bancos em moeda estrangeira	6.652	4.572	6.652	4.572
Aplicações financeiras (i)	-	5.837	16	5.857
	<u>9.916</u>	<u>10.514</u>	<u>24.702</u>	<u>10.561</u>

Em 30 de setembro de 2018, as aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa são substancialmente representadas por certificados de depósito bancários e/ou compromissadas rentabilizadas em média a 98% a.a. do CDI (89% a.a. em 31 de dezembro de 2017). A Companhia pode resgatar imediatamente essas aplicações sem ônus ou restrições.

4 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2018	31.12.2017	30.09.2018	31.12.2017
Clientes em moeda nacional	6.483	7.442	6.995	7.638
Clientes em moeda estrangeira	<u>9.249</u>	<u>5.099</u>	<u>9.249</u>	<u>5.099</u>
	15.732	12.541	16.244	12.737
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas	<u>(98)</u>	<u>(18)</u>	<u>(325)</u>	<u>(18)</u>
	<u>15.634</u>	<u>12.523</u>	<u>15.919</u>	<u>12.719</u>

A composição dos valores a receber por idade de vencimento é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2018	31.12.2017	30.09.2018	31.12.2017
A vencer:				
Até 30 dias	8.367	5.301	8.536	5.372
De 31 a 90 dias	3.535	158	3.683	211
De 91 a 180 dias	722	5.994	722	6.001
Acima de 180 dias	50	958	50	958
Mediante condições	-	112	-	112
Vencidos:				
Até 30 dias	3.045	-	3.052	65
De 31 a 180 dias	13	-	13	-
Acima de 180 dias	-	18	188	18
	15.732	12.541	16.244	12.737

A Administração mantém procedimentos de cobrança e acredita que não incorrerá em perdas nestes clientes. Vide nota explicativa 23 (g) (i).

As movimentações na provisão para perdas de crédito esperadas de clientes são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2018	31.12.2017	30.09.2018	31.12.2017
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2017	(18)	(18)	(18)	(18)
Adoção inicial CPC 48 / IFRS 9	(18)	-	(38)	-
Perdas por redução ao valor recuperável reconhecida	(486)	-	(693)	-
Reversão	424	-	424	-
Saldo final	(98)	(18)	(325)	(18)

5 Títulos a receber

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2018	31.12.2017	30.09.2018	31.12.2017
Por venda de ativo fixo	6.485	6.088	10.432	11.640
Por venda da fábrica de óleo	-	-	13.800	13.800
Por venda de unidades industriais	8.915	11.898	8.915	11.898
Subarrendamentos e confissões de dívidas	4.726	3.074	4.726	3.074
Crédito com parceiros agrícolas	638	1.060	638	1.060
Outros créditos	394	2.086	394	2.086
(-) Ajuste a valor presente	(61)	(121)	(237)	(1.125)
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas	(6.400)	(4.907)	(6.490)	(4.907)
	14.697	19.178	32.178	37.526
Circulante	4.775	7.839	22.248	26.187
Não circulante	9.922	11.339	9.930	11.339

O aging dos títulos a receber é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2018	31.12.2017	30.09.2018	31.12.2017
A vencer:				
Até 30 dias	1.788	179	3.413	179
De 31 a 90 dias	1.059	2.056	1.059	2.056
De 91 a 180 dias	493	2.652	499	4.277
De 180 a 360 dias	2.647	3.033	2.650	4.657
Acima de 360 dias	5.886	11.379	5.896	11.379
Mediante condições (i)	-	-	16.103	16.103
Vencidos:				
De 91 a 360 dias	4.408	101	4.408	101
Acima de 360 dias	4.877	4.806	4.877	4.806
	21.158	24.206	38.905	43.558

- (i) O montante será pago pelos compradores de ativo fixo e da fábrica de óleo após a Companhia comprovar a efetiva baixa e cancelamento da garantia da dívida com o PESA nas matrículas dos imóveis, previsto para novembro de 2018.

As movimentações na provisão para perdas de crédito esperadas de títulos a receber são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2018	31.12.2017	30.09.2018	31.12.2017
Saldo inicial	(4.907)	(26.017)	(4.907)	(26.017)
Adoção inicial CPC 48 / IFRS 9	(1.793)	-	(1.890)	-
Perdas por redução ao valor recuperável reconhecida	(1.130)	(144)	(1.130)	(144)
Reversão de provisão para perdas de crédito esperadas	1.430	20.304	1.437	20.304
Títulos a receber de contrapartes baixadas durante o período como incobráveis	-	950	-	950
Saldo final	<u>(6.400)</u>	<u>(4.907)</u>	<u>(6.490)</u>	<u>(4.907)</u>

6 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2018	31.12.2017	30.09.2018	31.12.2017
Produtos agrícolas				
Produtos agrícolas - custos de formação	174.955	61.706	174.325	61.737
Produtos agrícolas - ajustes ao valor justo e valor realizável líquido (i)	147.459	24.240	155.758	24.212
Sementes, adubos, fertilizantes e defensivos agrícolas	118.535	122.088	118.535	122.088
Embalagens, acondicionamento e peças de reposição	7.603	5.356	7.607	5.360
Adiantamentos a fornecedores	23.643	3.555	23.643	3.555
Gastos de manutenção nas entressafras	18.852	38.691	20.626	38.691
Outros estoques	3.516	4.125	3.520	4.128
(-) Provisão para <i>impairment</i> (ii)	<u>(405)</u>	<u>(704)</u>	<u>(405)</u>	<u>(704)</u>
	<u>494.158</u>	<u>259.057</u>	<u>503.609</u>	<u>259.067</u>

- (i) Esses valores contemplam um ganho de marcação ao valor justo dos produtos agrícolas enquanto valorizados como ativo biológico no montante de R\$ 209.020, na controladora e no consolidado (ganho de R\$ 34.864 em 31 de dezembro de 2017, na controladora e consolidado), e perdas de marcação ao valor realizável líquido enquanto valorizados como produto agrícola nos montantes de R\$ 61.561 na controladora e R\$ 55.322 no consolidado, respectivamente (perdas de R\$ 10.624 e 10.652 em 31 de dezembro de 2017, na controladora e no consolidado, respectivamente).
- (ii) Refere-se, substancialmente, a obsolescência de materiais no estoque que apresentam baixa expectativa de realização.

Em 30 de setembro de 2018, 78.187 toneladas de produtos agrícolas, no montante aproximado de R\$ 80.558, estão cedidas em garantia a fornecedores de insumos agrícolas (em 31 de dezembro de 2017 - 27.128 toneladas, no montante aproximado de R\$ 100.145). O montante cedido em garantia inclui os saldos apresentados na rubrica de Ativos biológicos.

A movimentação da provisão para *impairment* é assim demonstrada:

	30.09.2018	31.12.2017
Saldo inicial	(704)	(583)
Adições	-	(121)
Reversões	<u>299</u>	<u>-</u>
Saldo final	<u>(405)</u>	<u>(704)</u>

A despesa com a constituição das perdas estimadas com estoques é registrada na demonstração do resultado, sob a rubrica “Outras despesas”.

7 Ativos biológicos

a. Movimentação - 1º de janeiro a 30 de setembro de 2018

	Controladora e Consolidado				
	Algodão	Soja	Milho	Outras culturas	Total
Saldo dos ativos biológicos em 31 de dezembro de 2017					
Ativo biológico - ajuste ao valor justo	-	35.454	-	-	35.454
Ativo biológico - custos de formação	<u>-</u>	<u>167.016</u>	<u>-</u>	<u>214</u>	<u>167.230</u>
	<u>-</u>	<u>202.470</u>	<u>-</u>	<u>214</u>	<u>202.684</u>
Aumento decorrente de plantio e tratamentos culturais	179.352	112.582	70.352	8.303	370.589
Redução decorrente da colheita	(179.352)	(241.527)	(70.352)	(6.906)	(498.137)
Variação do valor justo	<u>-</u>	<u>(35.454)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(35.454)</u>
Saldo dos ativos biológicos em 30 de setembro de 2018 (i)	<u>-</u>	<u>38.071</u>	<u>-</u>	<u>1.611</u>	<u>39.682</u>

- (i) Em 30 de setembro de 2018, as lavouras em formação, devido a sua pouca transformação biológica, são mensuradas pelo custo de formação.

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia explorava cerca de 94,6 mil hectares de terras cultiváveis (108,7 mil hectares em 31 de dezembro de 2017), entre terras próprias e de terceiros. As áreas exploradas pela Companhia estão localizadas no Estado de Mato Grosso e nelas são cultivadas culturas temporárias, com destaque para algodão, soja e milho.

O valor justo dos ativos biológicos da Companhia representa o valor de rentabilidade futura estimada, de acordo com o nível III - Abordagem de Receita estabelecido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (IFRS 13), para esses ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas pela Administração da Companhia.

As terras próprias em que as lavouras estão plantadas são classificadas no ativo imobilizado e não integram o valor justo dos ativos biológicos.

b. Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo

- (i) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada, medida em sacas de 60 kg para o milho e arrobas para o algodão em caroço e (ii) do preço do mercado futuro de cada produto, quando disponível.
- (ii) O preço do algodão em caroço (produto agrícola da lavoura de algodão) é obtido por meio da decomposição do preço disponível para a pluma de algodão (*commodity*), menos os custos do beneficiamento (descaroçamento) e dos preços atribuíveis aos subprodutos (caroço e fibrilha).
- (iii) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cultura (tratos culturais) até a colheita, (ii) custos com a Colheita, Carregamento e Transporte (CCT) e, (iii) custo de capital, incluindo o aluguel das terras e de máquinas e equipamentos.
- (iv) Com base na estimativa de receitas e custos, a Companhia determina o valor justo dos ativos biológicos, que são registrados na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a rubrica "Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas" no resultado do período.
- (v) O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da Administração na data das informações contábeis intermediárias e são revisados trimestralmente e, se necessário, ajustados.

c. Análise de sensibilidade

A Administração considera que o resultado obtido com a mensuração do valor justo dos ativos biológicos é sensível à variação das premissas descritas acima, e que o resultado real pode vir a aumentar ou reduzir em caso de diferenças entre os valores estimados e aqueles realizados no momento da colheita desses ativos.

As principais premissas que foram utilizadas na determinação do valor justo em 31 de dezembro de 2017 dos ativos biológicos são como segue:

Em 31 de dezembro de 2017

Premissas da cultura de Soja

Área total estimada de colheita (ha)	100.653
Área total em estágio de marcação (ha)	71.394
Produtividade prevista em sacas/arrobas, líquido de parcerias agrícolas	56,71
Preços em US\$/saca	17,99
Cotação cambial (US\$ 1 / R\$)	3,31

De acordo com a nota 7 (a) os ativos biológicos estão mensurados exclusivamente pelo custo de formação. Por tal motivo, não são apresentadas as análises de sensibilidade para esta data-base.

8 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2018	31.12.2017	30.09.2018	31.12.2017
PIS (i)	9.737	8.845	12.994	14.237
COFINS (i)	44.855	39.643	76.668	72.752
IRRF	4.296	8.366	8.785	11.793
CSLL	197	149	425	292
ICMS	4.291	4.305	4.341	4.356
Outros tributos	1.892	1.743	3.324	3.421
	65.268	63.051	106.537	106.851
Circulante	15.428	12.356	18.894	17.671
Não circulante	49.840	50.695	87.643	89.180

- (i) Referem-se, principalmente, a créditos oriundos da aquisição de insumos, fretes e matéria-prima.

A Companhia e a controlada TS Brasil S.A. possuem saldo de PIS e COFINS acumulado ao longo dos últimos exercícios proveniente, substancialmente, das saídas internas com benefício da suspensão e vendas destinadas ao mercado externo.

As realizações dos créditos ocorrem de duas formas: (i) compensação com débitos próprios, vencidos ou vincendos; ou (ii) ressarcimento em espécie.

Pedidos de restituição

Em junho de 2017, a Companhia e a controlada TS Brasil S.A. obtiveram medidas liminares favoráveis relativas aos pedidos de ressarcimento de créditos de PIS e COFINS no montante principal de R\$ 73.836. O pedido de ressarcimento solicita também a incidência da taxa Selic - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - a partir da data do protocolo dos referidos pedidos até a data do efetivo pagamento. Por falta de previsão legal, a Companhia não reconheceu em 30 de setembro de 2018 a atualização pela taxa Selic no montante aproximado de R\$ 2.982.

A Companhia e sua controlada TS Brasil S.A. apresentaram documentação suporte referente aos pedidos de ressarcimento e alguns destes se encontram em fase de revisão pelas autoridades fiscais. No final de 2017 e no primeiro trimestre de 2018, foram emitidos despachos decisórios parcialmente deferidos para monetização de R\$ 17.619, cuja previsão para recebimento ocorrerá após a concordância das autoridades fiscais para o afastamento da compensação de ofício com demais débitos tributários.

Adicionalmente, em dezembro de 2017 e março de 2018, houve indeferimento de alguns pedidos de ressarcimento pelas autoridades fiscais no montante aproximado de R\$ 58.969 mil. Foram protocoladas em 2018, manifestações de inconformidade no devido prazo legal e que cujo prazo legal para julgamento é até 12 meses após o protocolo das manifestações de inconformidade pelas Delegacias de Julgamento (DRJ) da Secretaria da Receita Federal do Brasil (“SRFB”).

9 Ativos não circulantes mantidos para venda

Refere-se ao complexo algodoeiro de Roda Velha, localizado em São Desidério - Bahia. É composto por terreno, construções civis e duas máquinas de beneficiamento de algodão.

O imóvel e o maquinário não se encontram em operação pela Companhia. Os ativos estão mensurados exclusivamente a custo histórico no montante de R\$ 2.925. A Administração possui proposta firme de venda em montante superior ao valor residual contábil e acredita que a transação será concluída até o final do exercício.

10 Tributos diferidos

A Companhia e a controlada TS Brasil S.A. utilizam a sistemática do lucro real, calculando e registrando seus tributos com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das informações contábeis intermediárias.

a. Natureza e expectativa de realização dos tributos diferidos

Natureza por entidade legal	Controladora		Consolidado	
	30.09.2018	31.12.2017	30.09.2018	31.12.2017
Créditos tributários sobre:				
Prejuízos fiscais acumulados	222.076	212.864	270.570	270.570
Contribuição social sobre base negativa acumulada	79.947	76.630	97.404	97.404
Diferenças temporárias:				
Provisão para <i>impairment</i>	2.537	2.151	3.272	2.734
Provisão para contingências	8.963	7.570	8.963	7.570
Ajuste a valor presente	1.979	-	2.039	285
Instrumentos financeiros derivativos	1.216	4.062	1.216	4.062
Provisão para perdas com tributos	3.214	3.214	3.214	3.260
<i>Hedge accounting (i)</i>	-	8.204	-	8.204
Outras provisões temporárias	1.989	1.477	2.506	2.046
	<u>321.921</u>	<u>316.172</u>	<u>389.184</u>	<u>396.145</u>
Débitos tributários sobre:				
Varição cambial (i)	-	(29.697)	-	(31.356)
Valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	(50.136)	(20.296)	(52.257)	(20.296)
Custo atribuído	(17.731)	(19.623)	(144.499)	(146.662)
Ajuste a valor presente	(587)	(57)	(587)	-
Amortização ágio	(88.981)	(74.932)	(88.981)	(74.932)
	<u>(157.435)</u>	<u>(144.605)</u>	<u>(286.324)</u>	<u>(273.246)</u>
Créditos tributários, líquidos	164.486	171.567	164.486	171.567
Débitos tributários, líquidos	-	-	(61.626)	(48.668)
Total líquido	<u>164.486</u>	<u>171.567</u>	<u>102.860</u>	<u>122.899</u>

- (i) No exercício de 2018, a Companhia e a controlada TS Brasil S.A. optaram pela tributação da variação cambial pelo regime de competência, implicando na realização do passivo diferido mediante compensação com os créditos tributários diferidos.

A Companhia identificou valores reconhecidos em períodos anteriores dentro do exercício de 2018 como tributos diferidos sobre variação cambial de passivos financeiros, cujos montantes não deveriam ter sido contabilizados, em função da opção realizada em 1º de janeiro de 2018 pela alteração no regime de tributação de IR e CSLL de regime de “caixa” para “competência”, os quais afetaram os resultados abrangentes do semestre findo em 30 de junho de 2018 em R\$ 35.443 e do trimestre findo em 31 de março de 2018 em R\$ 1.146, controladora e consolidado.

Os saldos acumulados das demonstrações dos resultados abrangentes em 30 de setembro de 2018 já contemplam tal correção e, portanto, a soma aritmética dos resultados abrangentes acumulados anteriormente apresentados em 30 de junho de 2018 com os resultados abrangentes do trimestre findo em 30 de setembro de 2018 não coincide com o saldo acumulado no período de 9 (nove) meses.

A Companhia optou por não reapresentar as informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2018 e 31 de março de 2018, mas retificará os saldos correspondentes a estes períodos nas informações contábeis intermediárias dos períodos a findarem em 31 de março de 2019 e 30 de junho de 2019, respectivamente.

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados sobre os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, bem como sobre diferenças temporárias dedutíveis entre as bases de cálculo desses tributos e os valores das informações contábeis intermediárias, apenas quando for provável que a Companhia e as controladas apresentarão lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Os créditos tributários diferidos sobre o saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social apurados até 30 de setembro de 2018 e não registrados são de R\$ 129.650 (R\$ 93.365 em 31 de dezembro de 2017), na controladora e no consolidado, em função de não atenderem aos requerimentos da norma contábil para seu reconhecimento.

Na avaliação da capacidade de recuperação dos tributos diferidos, a Administração considera as projeções do lucro tributável futuro e as movimentações das diferenças temporárias. Quando for mais provável que uma parte ou a totalidade dos tributos não será realizada não há constituição de tributos diferidos ativos. Não há prescrição para utilização dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas.

A expectativa de realização dos créditos relativos ao prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social ocorrerá de acordo com o cronograma a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Montante	Percentual	Montante	Percentual
Em 2018	7.500	2%	9.601	3%
Em 2019	19.700	7%	36.200	10%
Em 2020	35.930	12%	48.030	13%
Em 2021	46.860	16%	60.710	16%
Em 2022	50.570	17%	67.670	18%
Entre 2023 a 2025	141.463	46%	145.763	40%
	302.023	100%	367.974	100%

b. Conciliação do crédito efetivo de imposto de renda e contribuição social

Os valores do imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.20 18	30.09.201 7	30.09.20 18	30.09.20 17
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	30.937	(60.198)	43.935	(61.472)
Taxa nominal	34%	34%	34%	34%
	(10.519)	20.467	(14.938)	20.900
Tributos sobre exclusões (adições) permanentes:				
De equivalência patrimonial	8.491	(513)	-	-
Despesas não dedutíveis	(7.175)	(13.600)	(7.349)	(13.818)
Tributos diferidos temporários:				
Crédito tributário não reconhecido sobre prejuízos fiscais	(36.286)	(29.414)	(36.286)	(29.414)
Crédito tributário constituído sobre prejuízos fiscais de exercícios anteriores	42.236	63.189	42.236	63.189
Apuração de tributos de controladas pelo lucro presumido	-	-	(77)	(12)
Outros	3.760	384	3.923	942
No resultado do período	<u>507</u>	<u>40.513</u>	<u>(12.491)</u>	<u>41.787</u>
Taxa efetiva	1,6%	(67,3%)	(28,4%)	(68,0%)

11 Partes relacionadas

a. Saldos

	Controladora	
	30.09.2018	31.12.2017
Ativo não circulante		
Adiantamentos para futuro aumento de capital		
Burity Agrícola Ltda.	328	317
Crateús Algodoeira S.A.	2	2
Ecotrans Transporte Ltda.	15	15
Mocuri Agrícola Ltda.	2	2
	347	336
 Passivo circulante		
Arrendamentos e serviços a pagar		
Vanguarda do Brasil S.A.	-	2.964
Contratos de mútuos (i)		
Maeda S.A. Agroindustrial	-	6.712
TS Brasil S.A.	-	38.636
	-	48.312
 Passivo não circulante		
Contratos de mútuos (i)		
TS Brasil S.A.	66.745	-
	66.745	-

- (i) Corresponde a operação de mútuo. No segundo trimestre, a Companhia e a controlada firmaram aditivo para renovação das operações de mútuo com vencimento em dezembro de 2020. Em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 o mútuo foi atualizado com base em 100% do CDI.

b. Transações

As transações com partes relacionadas realizadas no período são como segue:

Operações	Controladora		Consolidado	
	30.09.2018	30.09.2017	30.09.2018	30.09.2017
Venda de mercadorias e produtos				
TS Brasil S.A.	-	2	-	-
Custo dos produtos vendidos				
TS Brasil S.A.	-	(2)	-	-
Compras de mercadorias e produtos				
TS Brasil S.A.	(10.856)	-	-	-
Resultado com aluguéis e arrendamentos				
Bonsucex Holding S.A. (i)	(21)	(28)	(21)	(28)
Maria Zilda Oliveira de Araújo (ii)	(345)	(338)	(345)	(338)
Resultado financeiro sobre saldos de mútuo				
Maeda S.A Agroindustrial	(67)	(195)	-	-
TS Brasil S.A.	(5.389)	(927)	-	-

(i) Referia-se a aluguel de imóvel residencial destinado ao ex-diretor presidente da Companhia.

(ii) Contrato de locação de sala comercial para abrigar as instalações da matriz da Companhia, com vencimento em abril de 2020.

12 Investimentos (Controladora)

12.1 Composição dos investimentos

	Controladora	
	30.09.2018	31.12.2017
Investimentos	749.975	725.121
Mais-valia das terras	197.296	197.296
Intangíveis relacionados a contratos	738	3.698
Ágio	275.484	275.484
	<u>1.223.493</u>	<u>1.201.599</u>

12.2 Movimentação dos investimentos

1º de janeiro a 30 de setembro de 2018 (Controladora)

	Maeda S.A. Agroindustrial	TS Brasil S.A.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	258.086	943.513	1.201.599
Adoção inicial CPC 48 / IFRS 9	-	(78)	(78)
Incorporação de acervo líquido, incluindo alocação do ágio (i)	(258.994)	258.994	-
Efeito reflexo sobre ajustes de avaliação patrimonial	-	(397)	(397)
Resultado de equivalência patrimonial	927	24.402	25.329
Amortização de intangíveis relacionados a contratos	(19)	(2.941)	(2.960)
Saldos em 30 de setembro de 2018	<u>-</u>	<u>1.223.493</u>	<u>1.223.493</u>

(i) Vide divulgação da nota explicativa 1.2.

12.3 Informações sobre as investidas

30 de setembro de 2018

Investida	Percentual de participação	Patrimônio líquido			Receita líquida	Resultado do período	Efeito no resultado da controladora
		Ativo	Passivo	(PL negativo)			
TS Brasil S.A.	100,00%	824.041	74.066	749.975	35.302	24.402	24.402
Maeda S.A. Agroindustrial.	100,00%	-		-	-	927	927
Ecotrans Transporte Ltda.	99,99%	-	1.460	(1.460)	-	(32)	(32)
Buriti Agrícola Ltda.	100,00%	-	514	(514)	-	(194)	(194)
Crateús Algodoeira S.A.	99,48%	-	2	(2)	-	2	2
Mocuri Agrícola Ltda.	99,99%	-	2	(2)	-		-
							<u>25.105</u>
				Resultado de equivalência patrimonial			<u>25.329</u>
				Provisão para perdas em investimentos			<u>(224)</u>

Os fluxos de caixa das controladas impactam as informações contábeis intermediárias consolidadas, substancialmente, pelo resultado do seu fluxo de caixa operacional, haja vista que as atividades de financiamento e investimento são representadas, em sua maioria, por repasses de recursos entre as partes.

Os saldos referentes a provisão para perdas em investimentos na Controladora estão assim demonstrados:

	Controladora	
	30.09.2018	31.12.2017
Buriti Agrícola Ltda.	514	320
Mocuri Agrícola Ltda.	2	2
Crateús Algodoeira S.A.	-	2
Ecotrans Transporte Ltda.	1.461	1.429
	1.977	1.753

12.4 Ágio, mais valia e intangíveis sobre investimentos

	31.12.2017	Amortização	30.09.2018
Mais-valia das terras	197.296	-	197.296
Intangíveis relacionados a contratos	3.698	(2.960)	738
Ágio	275.484	-	275.484
	476.478	(2.960)	473.518

O ágio sobre investimentos acima apresentado é originário da aquisição da Maeda S.A. Agroindustrial em 23 de dezembro de 2010 (posteriormente incorporada na TS Brasil S.A. - vide nota explicativa 1.2) e da Vanguarda Participações S.A. em 06 de setembro de 2011 (posteriormente incorporada pela Companhia em 23 de dezembro de 2013). Estes valores foram alocados com base em laudos de alocação de preço pago (“PPA”), emitidos por avaliadores independentes em 28 de março de 2011 e 3 de outubro de 2012, respectivamente. Adicionalmente, vide divulgação de ativo intangível na nota explicativa 15.

13 Propriedade para investimento

As propriedades são compostas por armazéns de grãos alugados a terceiros em Rosário do Sul - RS, mantidos para rendimentos de aluguel, não são ocupados pela Companhia e são mensuradas ao custo, deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear.

Na data de aquisição em 30 de junho de 2017 e em 30 de setembro de 2018, o valor de custo dos ativos era de R\$ 8.113, conforme laudo de avaliação emitido por avaliadores independentes e, o valor contábil residual dos ativos, líquido de depreciação é de R\$ 7.453 (31 de dezembro de 2017 - R\$ 7.840), sendo objeto de garantia em discussão de causa tributária. Devido a aquisição ter sido realizada recentemente com laudo de avaliação patrimonial do imóvel, o valor justo da propriedade para investimento em 30 de setembro de 2018 é o mesmo que o valor contábil.

14 Imobilizado

14.1 Movimentação de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2018 (Controladora)

Custo	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Transferência para mantidos p/venda	Saldo final
Terras para exploração	2.314	-	(47)	-	(182)	2.085
Edificações e instalações	55.028	11	(69)	317	(1.521)	53.766
Máquinas e equipamentos	323.040	129	(11.934)	2.069	(4.592)	308.712
Veículos	34.730	103	(2.385)	207	-	32.655
Aeronaves	14.175	-	-	-	-	14.175
Móveis e utensílios	10.293	117	(451)	5	(38)	9.926
Imobilizações em curso	1.148	11.777	(10)	(10.391)	-	2.524
Adiantamentos para aquisição de imobilizado	556	971	(1.506)	-	-	21
Correção de solo	65.625	-	-	7.658	-	73.283
Outros imobilizados	4.189	-	(401)	135	-	3.923
Total	511.098	13.108	(16.803)	-	(6.333)	501.070

Depreciação acumulada	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Transferência para mantidos p/venda	Saldo final
Edificações e instalações	(10.584)	(1.422)	20	-	322	(11.664)
Máquinas e equipamentos	(173.385)	(15.703)	8.200	-	3.058	(177.830)
Veículos	(18.254)	(1.219)	1.113	-	-	(18.360)
Aeronaves	(8.461)	(35)	-	-	-	(8.496)
Móveis e utensílios	(7.342)	(602)	364	-	28	(7.552)
Correção de solo	(48.530)	(5.017)	-	-	-	(53.547)
Outros imobilizados	(2.317)	(212)	-	-	-	(2.529)
Total	(268.873)	(24.210)	9.697	-	3.408	(279.978)

Saldo líquidos	2018	2017
Terras para exploração	2.085	2.314
Edificações e instalações	42.102	44.444
Máquinas e equipamentos	130.882	149.655
Veículos	14.295	16.476
Aeronaves	5.679	5.714
Móveis e utensílios	2.374	2.951
Imobilizações em curso	2.524	1.148
Adiantamento para aquisição de imobilizado	21	556
Correção de solo	19.736	17.095
Outros imobilizados	1.394	1.872
Total	221.092	242.225

Parcela da depreciação reconhecida no período está alocada nas rubricas de Ativos Biológicos e Estoques e serão realizadas mediante vendas nos próximos períodos. A depreciação incluída nas demonstrações de fluxo de caixa e valor adicionado considera os valores incorridos no resultado do período, conforme demonstrado na nota explicativa 26 - Despesas por natureza.

14.2 Movimentação de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2018 (Consolidado)

Custo	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Transferência para mantidos p/venda	Saldo final
Terras para exploração	786.993	-	(47)	-	(182)	786.764
Edificações e instalações	121.830	11	(107)	317	(1.521)	120.530
Máquinas e equipamentos	333.873	4.345	(11.934)	3.083	(4.592)	324.775
Veículos	34.742	103	(2.385)	206	-	32.666
Aeronaves	14.175	-	-	-	-	14.175
Móveis e utensílios	10.330	117	(451)	5	(38)	9.963
Imobilizações em curso	1.150	11.786	(10)	(10.392)	-	2.534
Adiantamentos para aquisição de imobilizado	556	1.983	(1.506)	(1.012)	-	21
Correção de solo	110.133	-	-	7.658	-	117.791
Outros imobilizados	5.490	-	(759)	135	-	4.866
Total	1.419.272	18.345	(17.199)	-	(6.333)	1.414.085

Depreciação acumulada	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Transferência para mantidos p/venda	Saldo final
Edificações e instalações	(23.169)	(2.710)	45	-	322	(25.512)
Máquinas e equipamentos	(174.771)	(16.302)	8.199	-	3.058	(179.816)
Veículos	(18.257)	(1.220)	1.113	-	-	(18.364)
Aeronaves	(8.461)	(35)	-	-	-	(8.496)
Móveis e utensílios	(7.356)	(606)	365	-	28	(7.569)
Correção de solo	(92.136)	(5.694)	-	-	-	(97.830)
Outros imobilizados	(2.320)	(212)	-	-	-	(2.532)
Total	(326.470)	(26.779)	9.722	-	3.408	(340.119)

Saldo líquidos	2018	2017
Terras para exploração	786.764	786.993
Edificações e instalações	95.018	98.661
Máquinas e equipamentos	144.959	159.102
Veículos	14.302	16.485
Aeronaves	5.679	5.714
Móveis e utensílios	2.394	2.974
Imobilizações em curso	2.534	1.150
Adiantamentos para aquisição de imobilizado	21	556
Correção de solo	19.961	17.997
Outros imobilizados	2.334	3.170
Total	1.073.966	1.092.802

Parcela da depreciação reconhecida no período está alocada nas rubricas de Ativos Biológicos e Estoques e serão realizadas mediante vendas nos próximos períodos. A depreciação incluída nas demonstrações de fluxo de caixa e valor adicionado considera os valores incorridos no resultado do período, conforme demonstrado na nota explicativa 26 - Despesas por natureza.

14.3 Imobilizado dado em garantia

Em 30 de setembro de 2018 os empréstimos e financiamentos estão garantidos por terras nos montantes totais de R\$ 615.801 (31 de dezembro de 2017 - 632.862).

15 Intangível

a. Controladora

	30.09.2018		31.12.2017	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Direitos de uso de <i>softwares</i>	5.605	(4.702)	903	1.069
Outros intangíveis	174	-	174	174
	<u>5.779</u>	<u>(4.702)</u>	<u>1.077</u>	<u>1.243</u>

b. Consolidado

	30.09.2018		31.12.2017	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Contratos de arrendamento de terras	50.139	(49.401)	738	3.698
Direitos de uso de <i>softwares</i>	5.607	(4.704)	903	1.071
Outros intangíveis	174	-	174	174
Ágio - Consolidado (<i>goodwill</i>)	275.484	-	275.484	275.484
	<u>331.404</u>	<u>(54.105)</u>	<u>277.299</u>	<u>280.427</u>

15.1 Movimentação do Intangível de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2018

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2018	31.12.2017	30.09.2018	31.12.2017
Saldo inicial	1.243	1.364	280.427	284.496
Adições	145	337	146	342
(-) Amortização	(311)	(458)	(314)	(464)
(-) Amortização de intangíveis relacionados a contratos	-	-	(2.960)	(3.947)
(=) Saldo final	<u>1.077</u>	<u>1.243</u>	<u>277.299</u>	<u>280.427</u>

16 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2018	31.12.2017	30.09.2018	31.12.2017
De insumos agrícolas				
Em moeda estrangeira	120.182	127.368	120.182	127.368
(-) Ajuste a valor presente	(1.251)	(5.811)	(1.251)	(5.811)
Em moeda nacional	32.982	19.498	32.982	19.498
(-) Ajuste a valor presente	(445)	(278)	(445)	(278)
Diversos - em moeda nacional	11.235	10.163	11.248	10.302
	162.703	150.940	162.716	151.079
Circulante	155.178	150.940	155.191	151.079
Não circulante	7.525	-	7.525	-

A Companhia efetua o cálculo do Ajuste a Valor Presente (AVP) sobre a compra dos insumos com prazo de pagamento superior a 90 dias, utilizando a taxa média de 7,5% a.a. (2017 - 7,31% a.a.) para os fornecedores de insumos em moeda estrangeira e nacional, que a Administração entende ser o custo financeiro médio das suas operações com fornecedores. Em 30 de setembro de 2018, os saldos em moeda estrangeira, Controladora e Consolidado, totalizam a US\$ 30.016 mil (em 31 de dezembro de 2017 - US\$ 38.503 mil, Controladora e Consolidado).

17 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Indexador	Custo médio ponderado		Controladora		Consolidado	
		30.09.2018	31.12.2017	30.09.2018	31.12.2017	30.09.2018	31.12.2017
Moeda Nacional							
Aquisição de Imobilizado	R\$	4,27% a.a.	4,27% a.a.	13.299	21.150	13.299	21.150
Crédito à Exportação	R\$	12,45% a.a.	12,56% a.a.	50.727	8.255	50.727	8.255
Crédito Rural, Custeio e Projeto	R\$	13,14% a.a.	11,49% a.a.	33.852	36.402	33.852	38.818
		<u>11,58% a.a.</u>	<u>9,38% a.a.</u>	<u>97.878</u>	<u>65.807</u>	<u>97.878</u>	<u>68.223</u>
Moeda Estrangeira							
Aquisição de Imobilizado	US\$ + Libor 6	7,59% a.a.	6,84% a.a.	3.794	6.457	9.187	6.457
Crédito à Exportação	US\$ + Libor 6	8,07% a.a.	7,33% a.a.	839.975	717.016	839.975	717.016
		<u>8,07% a.a.</u>	<u>7,33% a.a.</u>	<u>843.769</u>	<u>723.473</u>	<u>849.162</u>	<u>723.473</u>
Total		<u>8,43% a.a.</u>	<u>7,50% a.a.</u>	<u>941.647</u>	<u>789.280</u>	<u>947.040</u>	<u>791.696</u>
Circulante				<u>300.160</u>	<u>227.673</u>	<u>301.334</u>	<u>230.089</u>
Não Circulante				<u>641.487</u>	<u>561.607</u>	<u>645.706</u>	<u>561.607</u>

O valor justo dos empréstimos e financiamentos se aproxima, substancialmente, dos valores apresentados nas informações contábeis intermediárias.

Os vencimentos da parcela registrada no passivo não circulante estão demonstrados como segue:

Modalidade	Saldo contábil	2019	2020	2021	2022 a 2023
Moeda Nacional					
Aquisição de Imobilizado	5.820	36	1.877	1.452	2.455
Crédito à Exportação	21.600	9.600	12.000	-	-
Crédito Rural, Custeio e Projeto	18.108	2.359	1.750	13.999	-
	<u>45.528</u>	<u>11.995</u>	<u>15.627</u>	<u>15.451</u>	<u>2.455</u>
Moeda Estrangeira					
Aquisição de Imobilizado	4.220	1.055	1.055	1.055	1.055
Crédito à Exportação	595.958	85.698	139.560	84.625	286.075
	<u>600.178</u>	<u>86.753</u>	<u>140.615</u>	<u>85.680</u>	<u>287.130</u>
Total	<u><u>645.706</u></u>	<u><u>98.748</u></u>	<u><u>156.242</u></u>	<u><u>101.131</u></u>	<u><u>289.585</u></u>

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento (consolidado):

	<u>Empréstimos e financiamentos</u>	<u>NDF</u>	<u>Total da dívida</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2018	791.696	11.947	803.643
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	(9.858)	(7.132)	(16.990)
(+) Captações de empréstimos e financiamentos	186.701	-	186.701
(-) Amortização de empréstimos e financiamentos	(194.988)	-	(194.988)
(-) Pagamentos de custos de captação	(1.571)	-	(1.571)
(+/-) Instrumentos financeiros derivativos (pagos) recebidos	-	(7.132)	(7.132)
Outras variações	165.202	(1.241)	163.961
(+) Atualizações juros	51.103	-	51.103
(-) Amortizações juros	(37.386)	-	(37.386)
(+/-) Ajustes MTM	-	(1.241)	(1.241)
(+/-) Atualizações variação cambial	149.041	-	149.041
(-) Custos de captação apropriado como despesa	2.444	-	2.444
Saldos em 30 de setembro de 2018	947.040	3.574	950.614

(i) Garantias

Os empréstimos e financiamentos da Companhia estão garantidos por alienação fiduciária de bens móveis e imóveis, aval, fiança, fiel depositário, hipoteca, Nota Promissória e penhor rural.

A Companhia possui empréstimos e financiamentos que estão garantidos na modalidade hipoteca e alienação fiduciária de bens imóveis com terras registradas em seu patrimônio e de suas controladas conforme nota explicativa 13.

No âmbito da reestruturação realizada em 2016, a Companhia concedeu penhor de 100% das ações da controlada TS Brasil S.A., para os bancos Itaú Unibanco S.A. (“Itaú”) e Bradesco S.A. (“Bradesco”) Atualmente, essa controlada possui como principal ativo terras que estão sendo cultivadas pela Companhia e, esses ativos estão em grande parte já concedidos em hipoteca aos mesmos credores ou outros bancos.

(ii) Covenants e Outros compromissos

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia e suas controladas pelos credores envolvidos em contratos financeiros são utilizados *covenants* financeiros em alguns dos contratos de dívidas. A Companhia realiza o acompanhamento sobre o atendimento a tais cláusulas, e no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os *covenants* dos empréstimos junto aos bancos Itaú, Bradesco, Santander (Brasil) S.A. (“Santander”) e Banco do Brasil S.A. não foram atendidos mas foram obtidos os *waiver* até o encerramento do exercício. Os *waiver* obtidos permitiram a classificação dos saldos observando os vencimentos contratuais.

Os contratos celebrados no âmbito da renegociação, em especial junto ao Banco do Brasil S.A., Itaú e Bradesco, possuem *covenants* financeiros padronizados, notadamente um limite para relação de 5,0 vezes Dívida x EBITDA Ajustado (3,5 vezes Dívida x EBITDA Ajustado para o contrato do Santander), e além da obrigatoriedade de manutenção da participação societária dos principais acionistas.

No âmbito dos contratos de reestruturação da dívida, a Companhia possui um incentivo a liquidação antecipada da dívida assumida junto aos bancos Itaú Unibanco e Bradesco. Esse incentivo foi realizado através da criação de um *fee letter* (despesa) crescente previsto nos contratos pela ausência de liquidação antecipada do contrato, ou seja, esse valor iniciou com saldo zero e crescerá gradativamente até 2022 quando atingirá o montante de US\$ 15.537 mil, equivalentes a R\$ 62.208.

Os valores da tabela abaixo somente serão devidos quando da ausência de liquidação antecipada da dívida, ou ao final da mesma.

Período	Valor em milhares de USD (*)
15/06/2019	1.488
15/12/2019	1.369
15/06/2020	1.265
15/12/2020	1.730
15/06/2021	2.046
15/12/2021	2.664
15/06/2022	2.232
15/12/2022	2.743
	<hr/> <hr/> 15.537

(*) dólares norte-americanos.

A Companhia possui a intenção de efetuar a liquidação antecipada da dívida, conforme seu plano de capitalização cujos esforços encontram-se em andamento e previstos para finalização até o encerramento do exercício, e observou esta premissa para cálculo da taxa efetiva do *fee letter*. Em 30 de setembro de 2018, a Companhia tem provisionado o montante de R\$ 2.522 (em 31 de dezembro de 2017 - R\$ 1.380).

18 Adiantamentos de clientes

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2018	31.12.2017	30.09.2018	31.12.2017
Clientes nacionais	15.678	1.614	15.788	1.803
Clientes estrangeiros	114.644	141.320	114.644	141.320
	130.322	142.934	130.432	143.123

Em 30 de setembro de 2018, os valores da Controladora e do Consolidado, em moeda estrangeira, correspondem a US\$ 28.633 mil (em 31 de dezembro de 2017 - US\$ 42.721 mil, Controladora e Consolidado).

A Companhia possui adiantamentos que correspondem a R\$ 103.474 sobre os quais incidem taxas de juros entre 6% a 10% a.a. (em 31 de dezembro de 2017 - R\$ 3.044)

19 Dívida com a União - PESA (Controladora e Consolidado)

	30.09.2018	31.12.2017
Valor do principal + juros futuros	176.197	149.867
Aplicações financeiras vinculadas - CTN	(172.913)	(146.655)
Valos presente dos juros futuros	(31)	(289)
	3.253	2.923

Em 1998, mediante aditivo contratual e operação de securitização, foram alongados, junto à instituição financeira federal, os vencimentos de financiamentos para custeio agrícola, sob o amparo da Resolução nº 2.471/98 do Banco Central do Brasil, no âmbito do Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA). Consoante contratos firmados, a atualização monetária desses financiamentos (IGP-M) é capitalizada para amortização no vencimento da operação, previsto para novembro de 2018, e os juros atualmente incidentes, de 3% ao ano, são liquidados a cada ano, para fins de seu cálculo, o IGP-M incidente sobre o principal está limitado a 9,5% ao ano. A partir de 2001, a União passou a ser credora desses financiamentos, conforme Medida Provisória nº 2.196/03, sem modificações nas condições pactuadas em contrato firmado junto à instituição financeira.

Em garantia desses financiamentos foram oferecidos avais, hipotecas e outros bens (vide nota explicativa 5), bem como aplicações financeiras em Certificados do Tesouro Nacional (CTN), com vencimento igual ao dos financiamentos. Segundo as condições pactuadas, a atualização monetária pelo IGP-M e os juros de 12% ao ano dessas aplicações são capitalizados para que, no seu vencimento, o montante apurado seja igual ao montante dos financiamentos.

Devido às especificidades desse instrumento financeiro (prazo alongado e encargos subsidiados), a Administração da Companhia, vem registrando o referido instrumento utilizando o conceito de ajuste a valor presente, calculando o valor dessa obrigação com base no fluxo de desembolsos futuros trazidos a valor presente, descontados por uma taxa de juros, referencial para a data em que a transação foi contratada, de 12% ao ano.

20 Tributos parcelados

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2018	31.12.2017	30.09.2018	31.12.2017
ICMS	-	-	32	268
PRT	175	759	4.067	6.607
Previdenciário	7.931	8.903	8.518	8.904
Outros	-	-	523	28
	<u>8.106</u>	<u>9.662</u>	<u>13.140</u>	<u>15.807</u>
Circulante	<u>2.075</u>	<u>2.355</u>	<u>4.213</u>	<u>5.642</u>
Não circulante	<u>6.031</u>	<u>7.307</u>	<u>8.927</u>	<u>10.165</u>

21 Provisão para demandas judiciais

A Administração, com base na análise individual dos processos impetrados contra a Companhia e suas controladas e suportada por opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisões no passivo não circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis, conforme demonstrado a seguir:

Causas	Consolidado					
	30.09.2018			31.12.2017		
	Provisão	Depósitos judiciais	Valor líquido	Provisão	Depósitos judiciais	Valor líquido
Trabalhistas	9.626	(4.118)	5.508	9.796	(2.286)	7.510
Tributárias	8.388	-	8.388	6.651	-	6.651
Cíveis	<u>8.348</u>	<u>(362)</u>	<u>7.986</u>	<u>5.819</u>	<u>(362)</u>	<u>5.457</u>
Total	<u>26.362</u>	<u>(4.480)</u>	<u>21.882</u>	<u>22.266</u>	<u>(2.648)</u>	<u>19.618</u>
Depósitos judiciais (ativo não circulante)			<u>20.789</u>			<u>20.223</u>

21.1 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são representados substancialmente por uma ação proposta pela controlada TS Brasil S.A. no exercício 2011, que visa à declaração do direito de preferência para a aquisição de imóvel rural, objeto de contrato de arrendamento anterior e sua consequente adjudicação. A sentença de primeiro grau julgou improcedente a ação.

Em agosto de 2013, os autores interpuseram recurso de apelação, ao qual foi dado parcial provimento, mantendo-se a improcedência, mas reduzindo o valor da condenação. Foram opostos embargos de declaração pelos autores e apelados, os quais foram rejeitados. Em continuidade foi interposto recurso especial pelos autores apelantes e outro pelos réus apelados, sendo aquele admitido e este inadmitido na origem.

Os réus interpuseram recurso de agravo em face da decisão que negou seguimento ao seu recurso especial e os autores interpuseram medida cautelar para antecipar os efeitos do recurso especial admitido. A parte autora peticionou informando o depósito do valor destinando à caução, sendo deferida liminar para conferir efeito suspensivo ao recurso especial e assegurar a posse do imóvel litigado até julgamento do referido recurso. Em continuidade, com base na cautela, análise dos cenários possíveis e o constante no voto do Desembargador, os autores entenderam por realizar em julho de 2017, o depósito complementar de R\$ 11.558 para eliminar eventual obstáculo ao reconhecimento do direito de preferência da TS Brasil S.A. na aquisição do imóvel litigado. O processo se encontra concluso com o relator para julgamento.

Em 30 de setembro de 2018, o valor contábil atualizado do depósito judicial supracitado é de R\$ 18.160 (R\$ 17.363 em 31 de dezembro de 2017). A Companhia e suas controladas possuem depósitos judiciais para os quais não mantêm provisão para contingências nos montantes totais de R\$ 2.573 (controladora) e R\$ 20.789 (consolidado), respectivamente (em 31 de dezembro de 2017 - R\$ 2.725 e R\$ 20.223, respectivamente).

21.2 Movimentação das provisões cuja perda estimada é provável, de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2018 (Consolidado)

Causas	Consolidado			
	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	7.510	6.651	5.457	19.618
Novos processos e complementos	2.112	-	133	2.245
Baixas no período	(2.407)	-	(66)	(2.473)
Depósitos judiciais relacionados	(1.832)	-	-	(1.832)
Encargos financeiros no período	125	1.737	2.462	4.324
Saldos em 30 de setembro de 2018	<u>5.508</u>	<u>8.388</u>	<u>7.986</u>	<u>21.882</u>

21.3 Ações com perda classificada como possível

As ações abaixo apresentadas compreendem aquelas cuja estimativa de perda é possível, conforme opinião da Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, e por isso não estão provisionadas nas informações contábeis intermediárias:

<u>Controladora e Consolidado</u>		
Causas	30.09.2018	31.12.2017
Tributárias	67.921	63.501
Trabalhistas	15.544	16.303
Cíveis	<u>53.251</u>	<u>54.640</u>
	<u>136.716</u>	<u>134.444</u>

a. Tributárias

As demandas tributárias classificadas com risco possível referem-se a pedidos de ressarcimento de créditos de COFINS não cumulativo; supostos recolhimentos a menor de percentual de diferencial de alíquota em operações estaduais; aproveitamento de créditos de ICMS indevidamente, referentes à compra de energia elétrica; indeferimentos de pedidos de compensação de créditos de IPI; ausência de declaração de valores referentes a contribuições em guias de recolhimento de FGTS e informações à Previdência Social (GFIP); supostos recolhimentos inferiores ao devido de contribuição previdenciária da agroindústria (SENAR); declarações de indêbitos de IRPJ e CSLL; suposta falta de recolhimento do IRRF sobre ganho de capital auferido sobre pessoas jurídicas em operação de incorporação de ações da Maeda S.A. pela Companhia; autos de infrações de cobrança de contribuições previdenciárias incidentes sobre a receita bruta proveniente das exportações da produção rural de algodão e soja através de *tradings* e manifestações de inconformidade referentes a Pedidos Eletrônicos de Ressarcimento (PER) e Declarações de Compensação (DCOMP) para compensações de créditos presumidos de IPI.

Os escritórios e advogados responsáveis classificam como perda possível em razão da jurisprudência dos tribunais regionais e superiores ainda não estar pacificada quanto aos temas, da pouca especificidade de algumas teses de defesa e em alguns casos, poucos julgados sobre a matéria em discussão, além de precedência de *leading cases* de casos semelhantes com decisões controvertidas.

b. Trabalhistas

As reclamatórias trabalhistas com perda classificada como possível cingem-se basicamente a pedidos relativos a acidentes de trabalho e/ou decorrente das atividades laborais; indenizações por danos materiais e morais em razão de tais fatos; adicionais de insalubridade; reversão de justa causa; horas extraordinárias e reflexos; indenização por estabilidade provisória; responsabilidade solidária em razão de terceirização de serviços; reflexos no 13º salário, férias e outras verbas; e contribuições ao INSS e FGTS.

Tratam-se de reclamatórias usualmente promovidas por ex-colaboradores, pleiteando as verbas e direitos supostamente sonegados pela Companhia no interregno do vínculo de trabalho.

Os escritórios e advogados responsáveis classificam as mesmas como possíveis em razão da existência de vasta documentação comprovando o correto pagamento das verbas; além da existência de documentos comprovando a real jornada de trabalho (cartão de ponto); entrega de equipamentos de proteção individual (EPI); treinamentos e orientações de segurança; exames médicos; investigações de acidentes e eventuais desvios de condutas dos colaboradores para aplicação de demissão por justa causa, além de outros documentos referentes ao contrato de trabalho.

c. Cíveis

As ações judiciais cíveis com perda classificada como possível apresentam pedidos de cobrança em razão de inadimplemento contratual, cobrança de danos materiais e morais decorrentes de acidente de trânsito, execução decorrente de auto de infração ambiental e ação civil pública decorrentes de supostos danos causados ao meio ambiente.

Os escritórios e advogados responsáveis classificam as ações cíveis como possíveis por conta da existência de documentos e outros meios de provas aptos a comprovar os fatos impeditivos, modificativos ou extintivos dos direitos dos autores, além de precedentes jurisprudenciais.

FWA Empreendimentos e Participações S.A.

No terceiro trimestre de 2017, a FWA Empreendimentos e Participações S.A., ajuizou ação de Rescisão Contratual com pedido de Antecipação de Tutela que tem por objetivo a rescisão do contrato de Compra e Venda de Bens Imóveis e suas benfeitorias, firmado na data de 30 de setembro de 2014 com a Companhia, e por consequência, a rescisão do termo aditivo ao arrendamento e a devolução de caminhões que constituíram a forma de pagamento. Em sede de primeiro grau foi parcialmente deferida a antecipação de tutela em favor da parte autora no sentido de suspender os atos de plantio sobre a área arrendada para a safra 2017/2018, ao que foi interposto agravo de instrumento no Tribunal de Justiça pela parte Companhia para anular a decisão, visto que já fora efetuado o plantio em aproximadamente 70% da área arrendada litigada e já haviam sido adquiridos os insumos para o plantio do restante da área. O agravo de instrumento foi julgado improcedente, mantendo-se a decisão do juízo de primeiro grau. Diante da manutenção da decisão foi interposto agravo regimental para que o Tribunal, em retratação, permitisse o plantio nos 30% de área remanescente, tendo em vista os irreparáveis prejuízos que seriam aferidos pela Companhia caso a decisão se mantivesse. O agravo regimental teve parcial provimento, permitindo à Companhia finalizar o plantio de soja no restante da área litigada. A FWA apresentou agravo interno contra a decisão que concedeu o direito de plantio na área restante, sendo o mesmo parcialmente provido para limitar o plantio a safra de soja. Em novo agravo interposto pela FWA, houve decisão que determinou a desocupação dos imóveis pela Companhia no prazo de 30 (trinta) dias. A Companhia interpôs agravo interno visando a revogação da ordem de desocupação. Quanto ao processo principal, em trâmite na Comarca de Nova Mutum, já foi realizada audiência de conciliação e especificação de provas a serem produzidas, estando os autos conclusos ao juiz para despacho saneador.

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia possui registrado na rubrica de “Outros Ativos” o valor de R\$ 14.275 referente a adiantamentos realizados sobre o contrato de arrendamento mencionado, montante esse que poderia ser considerado não realizável somente em eventual decisão desfavorável.

O valor atualizado da causa é de R\$ 50.788 e a Companhia avalia, com auxílio de seus consultores externos, o risco de perda do processo como perda possível.

21.4 Outras informações

As ações consideradas relevantes pela Administração da Companhia são:

a. Reclamações trabalhistas

Em 17 de março de 2009, a Companhia foi notificada da existência da demanda pelo descumprimento de cláusula contratual com M. C. de M. (cláusula penal) e pedido indenizatório em razão de suposta estabilidade. A ação foi julgada procedente em primeira e segunda instâncias e ainda está pendente de julgamento de Agravo Regimental junto ao Tribunal Superior do Trabalho (TST). O Reclamante deu início a execução provisória da sentença, sendo que na data de 15 de setembro de 2015 foi expedida Carta Precatória para o município de Nova Mutum para penhora dos bens imóveis oferecidos em garantia pela Companhia. O valor atualizado da condenação é de R\$ 19.232, dos quais a Companhia provisiona o montante de R\$ 5.043 em 30 de setembro de 2018, sendo que o restante do valor atualizado da condenação de R\$ 14.189, é considerado possível pela Companhia e seus advogados em razão da possibilidade de redução do valor atualizado da cláusula penal (de R\$ 5.000 para R\$ 1.000, em valores originais).

b. Ação cível - Construrio Ltda.

Trata-se de ação de reintegração de posse cumulada com perdas e danos movida pela Construrio Ltda. em face de ex-investidor da Companhia (Processo no 1031/2006/2ª Vara/Comarca de Nova Mutum). Nesta ação foi proferida sentença, que após a oposição de embargos de declaração, rejeitado pelo juiz, foi publicada em 1º de fevereiro de 2012, julgando procedentes os pedidos para: (i) determinar a reintegração na posse da Construrio Ltda.; e (ii) condenar o réu ao pagamento de indenização pelo período de utilização da posse, devendo o quantum indenizatório ser apurado em liquidação de sentença. Foi interposto recurso de apelação, que foi recebido e julgado improcedente. Interpusemos Recurso Especial (REsp), ao qual foi negado seguimento. Em razão da decisão que negou seguimento ao REsp, foi interposto Agravo Regimental, também improvido. Por fim, foi interposto recurso de embargos de declaração, que foi julgado improcedente e a ação transitou em julgado. A execução definitiva da sentença está em trâmite e o autor já foi reintegrado na posse do imóvel. Está pendente apenas a apuração do valor da indenização pelo uso da terra. A possibilidade de perda é provável no montante de R\$ 7.353, o qual está provisionado.

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o capital social era representado por 17.914 mil ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, no montante de R\$ 2.728.353. Adicionalmente, a Companhia possui R\$ 20.851 de gastos com emissão de ações, referente ao processo de abertura de capital, como conta redutora do capital.

As ações de emissão da Companhia são exclusivamente ordinárias e têm a forma nominativa, escritural e sem valor nominal.

Fica assegurado aos acionistas, na proporção das ações de que forem titulares, direito de preferência para subscrição de aumentos de capital.

b. Destinação dos lucros

O lucro líquido do exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, terá a seguinte destinação:

- 5% serão aplicados na constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.
- 25% do lucro líquido de cada exercício será distribuído como dividendos obrigatórios, nos termos do artigo 202, da Lei nº 6.404/76.

Caso, após as deduções previstas acima, ainda haja saldo, o mesmo ficará à disposição da Assembleia para destinação.

c. Ajustes de avaliação patrimonial

Em 30 de setembro de 2018, o valor da reserva de *hedge* de fluxo de caixa apresenta uma perda de R\$ 145.453 (em 31 de dezembro de 2017 - perda de R\$ 15.926).

	30.09.2018	31.12.2017
No início do período	(15.926)	(22.725)
Alteração no regime de tributação em 1º de janeiro de 2018	(8.205)	-
Saldo após alteração do regime de tributação	(24.131)	(22.725)
Variação do valor justo de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	(133.315)	(11.065)
Valores eficazes transferidos para a demonstração do resultado	10.934	21.367
Parcela ineficaz da perda transferida para o resultado financeiro	1.059	-
Tributos diferidos sobre <i>hedge</i> de fluxo de caixa	-	(3.503)
No final do período	(145.453)	(15.926)

23 Instrumentos financeiros

a. Considerações gerais

No curso normal de suas operações, a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos, tais como riscos de mercado e de crédito. Esses riscos são monitorados pela Administração utilizando-se instrumentos de gestão e políticas definidas pelo Conselho de Administração.

b. Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que procura maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada por capital próprio, que inclui capital e reservas e o capital de terceiros.

A Administração da Companhia revisa anualmente a sua estrutura de capital, considerando as determinações de cláusulas de *covenants* das operações de empréstimos e financiamentos (Nota 17 (ii)). Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

c. Principais políticas contábeis

Os detalhes a respeito das principais políticas contábeis e métodos adotados, inclusive o critério para reconhecimento, a base para mensuração e a base na qual as receitas e despesas são reconhecidas no resultado em relação a cada classe de instrumentos financeiros. Conforme descrito na Nota 2, as políticas contábeis são as mesmas utilizadas nas demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, exceto pelas adoções das novas normas.

d. Categoria de instrumentos financeiros

	Classificação original de acordo com o CPC 38 / IAS 39	Nova classificação de acordo com o CPC 48 / IFRS 9	Controladora		Consolidado	
			30.09.2018	31.12.2017	30.09.2018	31.12.2017
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	9.916	10.514	24.702	10.561
Títulos e valores mobiliários	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	488	466	488	710
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	963	-	963	-
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	15.634	12.523	15.919	12.719
Títulos a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	14.697	19.178	32.178	37.526
Outros ativos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	14.013	15.579	13.688	15.251
			<u>55.711</u>	<u>58.260</u>	<u>87.938</u>	<u>76.767</u>
Passivo						
Fornecedores	Outros passivos	Custo amortizado	162.703	150.940	155.191	151.079
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos	Custo amortizado	941.647	789.280	947.040	791.696
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	4.537	11.947	4.537	11.947
Dívida com a União - PESA	Outros passivos	Custo amortizado	3.253	2.923	3.253	2.923
Títulos a pagar	Outros passivos	Custo amortizado	5.550	7.224	7.209	9.121
Mútuos	Outros passivos	Custo amortizado	66.745	45.348	-	-
			<u>1.184.435.</u>	<u>1.007.662</u>	<u>1.117.230</u>	<u>966.766</u>

Em função das operações da Companhia apresentarem natureza comercial e atenderem ao critério de somente principal mais juros, foram classificadas ao “custo amortizado”.

e. Classificação e metodologia de apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Os saldos das contas a receber de clientes, títulos a receber, outros ativos, contas a pagar aos fornecedores, dívida com a União - PESA, títulos a pagar e mútuos pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber e títulos a receber, se aproximam de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia e suas controladas para instrumentos financeiros similares.

A Companhia e suas controladas aplicam o Pronunciamento Técnico CPC 40 / IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).

Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).

Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

Em 30 de setembro de 2018, os instrumentos financeiros derivativos, os quais são os únicos ativos e passivos financeiros, mensurados ao valor justo por meio do resultado estão classificados no nível 2 nos montantes de R\$ 963 e 4.537, respectivamente (em 31 de dezembro de 2017, passivo de R\$ 11.947).

f. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado. Essa nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas informações contábeis intermediárias e também, nessa nota explicativa.

g. Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração, assessorado pelo Conselho Fiscal, bem como pelo Comitê Estratégico Financeiro tem responsabilidade e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

Os riscos operacionais da Companhia são constantemente avaliados pela auditoria interna, a qual se reporta diretamente ao comitê de auditoria e gestão de riscos, órgão que tem por objetivo supervisionar e estabelecer as diretrizes a serem seguidas pela auditoria interna.

Do ponto de vista dos riscos financeiros, foi criado o Comitê Operacional de Riscos, órgão não estatutário e composto pela diretoria da Companhia, com o objetivo de monitorar e administrar os riscos de exposição ao câmbio, taxas de juros, crédito e as *commodities* agrícolas, bem como tomar as medidas necessárias com o objetivo de diminuir as exposições.

Os principais riscos de mercado a que a Companhia e suas controladas estão expostas na condução das suas atividades são:

(i) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. O risco de crédito é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente. Historicamente, a Companhia e suas controladas não registram perdas significativas nas contas a receber de clientes.

A Administração mantém procedimentos de cobrança de clientes, conforme segue:

- (a) Créditos vencidos acima de trinta dias: Efetuar notificação extrajudicial, informando antecipadamente a contraparte quanto a inclusão nos cadastros de restrição ao crédito.
- (b) Cadastramento em órgão de restrição ao crédito: A contraparte será incluída no cadastro de restrição ao crédito após trinta dias decorridos da confirmação do recebimento da notificação extrajudicial.
- (c) Créditos vencidos acima de noventa dias: Será realizada cobrança judicial, reunindo todos os documentos referentes à operação da negociação realizada.

A Companhia reconhece estimativa de perdas sobre títulos vencidos há mais de 180 dias ou quando o cliente não tem solvência. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas efetuam a análise individual dos clientes para a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Parcela substancial das vendas da Companhia e de suas controladas é realizada para clientes seletos e altamente qualificados, principalmente *trading companies*.

Em função do mencionado acima, a Administração entende que o perfil de sua carteira de clientes não expõe a Companhia a riscos significativos de crédito. A Companhia considera o saldo de contas a receber de clientes e títulos a receber, como exposto a este risco. Em 30 de setembro de 2018 o saldo é de R\$ 30.331 na controladora e R\$ 48.097 no consolidado (R\$ 31.701 na controladora e R\$ 50.245 em 31 de dezembro de 2017).

(ii) Gerenciamento do risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos e financiamentos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia efetuou pagamentos de empréstimos e financiamentos, incluindo juros e custos de captação, às instituições financeiras no montante de R\$ 233.945 (em 30 de setembro de 2017 - R\$ 126.752). A Companhia não possuía linhas de créditos contratadas em 30 de setembro de 2018, que não estivessem sendo utilizadas.

As tabelas abaixo analisam os passivos financeiros da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Total
Em 30 de setembro de 2018				
Fornecedores	155.846	7.525	-	163.371
Empréstimos e financiamentos	358.487	371.827	325.461	1.055.775
Instrumentos financeiros derivativos	4.537	-	-	4.537
Dívida com a União - PESA	3.284	-	-	3.284
Títulos a pagar	5.291	8.927	-	14.218
	527.445	388.279	325.461	1.241.185

(iii) Risco de taxa de câmbio

A Companhia tem compromissos de venda, bem como de compras e de empréstimos e financiamentos, em moeda estrangeira. A Companhia contrata derivativos para reduzir a exposição ao risco de mudança na taxa de câmbio. Assim, o referido risco de câmbio é calculado levando-se em consideração os seguintes aspectos: (i) o impacto nas contas do balanço que são indexadas a moeda estrangeira; (ii) o impacto no fluxo de caixa das entradas e saídas de fluxo financeiro indexados à moeda estrangeira e; (iii) desde agosto de 2013, a Companhia adotou a prática de *hedge accounting*, designando suas dívidas expostas à variação do risco cambial como *hedge* tanto das suas vendas futuras para fins de exportação, bem como vendas futuras indexadas ao dólar norte-americano, como descrito no item (h).

As variações cambiais dos empréstimos e financiamentos designados são classificadas na rubrica de “Ajustes de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido e tais valores são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado, cujos efeitos são apropriados ao resultado, na rubrica “Receita líquida de vendas”, de modo a minimizar as variações indesejadas do objeto do *hedge*.

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

A Companhia possui ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira no balanço de 30 de setembro de 2018. Para fins de análise de sensibilidade, a Administração adotou como cenário I (provável) a taxa de mercado futuro vigente na data-base de elaboração destas informações contábeis intermediárias, para o cenário II (possível) esta taxa foi corrigida em 25% e para o cenário III (remoto) em 50%.

Descrição	Exposição líquida em US\$ mil	25%		50%				
		Cenário I - Provável		Cenário II - Possível		Cenário III - Remoto		
		Taxa (*)	R\$ ganho (perda)	Taxa	R\$ ganho (perda)	Taxa	R\$ ganho (perda)	
Ativos								
Depósitos bancários	1.661	4,1855	302	5,2319	1.738	6,2783	3.477	
Contas a receber de clientes	2.310	4,1855	419	5,2319	2.417	6,2783	4.834	
Passivos								
Fornecedores de insumos	30.016	4,1855	(5.451)	5,2319	(31.408)	6,2783	(62.816)	
Empréstimos e financiamentos	212.084	4,1855	<u>(38.514)</u>	5,2319	<u>(221.919)</u>	6,2783	<u>(443.838)</u>	
Efeito líquido no resultado			<u>(43.244)</u>		<u>(249.172)</u>		<u>(498.343)</u>	

(*) A taxa de conversão (R\$ 4,1855 para US\$ 1,00) utilizada nas tabelas de sensibilidade como cenário provável para os próximos 12 meses foi obtida na B3 - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros na data base de 30 de setembro de 2018.

A Companhia e suas controladas possuem contratos de venda em dólar norte-americano de produtos agrícolas, conforme divulgado na Nota 31 no montante de US\$ 128.468 mil. Não foram adicionados na tabela acima, já que ainda não foram faturadas e portanto não estão registrados nas contas a receber de clientes.

Os empréstimos e financiamentos da Companhia nominados em dólares norte-americanos estão designados no *hedge accounting*. Eventuais perdas nesses instrumentos em função da apreciação da taxa do dólar norte-americano frente ao real resultarão, em contrapartida, ganhos dos itens protegidos (no caso, as receitas da Companhia) e vice-versa.

(iv) Risco de taxa de juros

A Companhia possui empréstimos e financiamentos indexados pela variação da LIBOR, e aplicações financeiras indexadas à variação do CDI, expondo estes ativos e passivos às flutuações nas taxas de juros conforme demonstrado no quadro de sensibilidade abaixo. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros

Para efeito de análise de sensibilidade, e utilizando os saldos de aplicações financeiras e de empréstimos e financiamentos em 30 de setembro de 2018, a Companhia oferece o cenário I (provável) a partir das expectativas de mercado para a média na taxa básica de juros em 2018. Na projeção do cenário II (possível), essa média foi corrigida em 25%, e para o cenário III (remoto), em 50%.

Modalidade	Exposição líquida em R\$ mil	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
		Taxa a.a (*)	R\$ ganho (perda)	Taxa a.a	R\$ ganho (perda)	Taxa a.a	R\$ ganho (perda)
Aplicações financeiras							
CDI	16	6,40%	(1)	8,00%	1	9,60%	2
Empréstimos e financiamentos							
Libor 6 meses	849.162	2,59%	<u>(22.023)</u>	3,24%	<u>(27.529)</u>	3,89%	<u>(33.035)</u>
Efeito líquido no resultado			<u>(22.024)</u>		<u>(27.528)</u>		<u>(33.033)</u>

(*) As taxas utilizadas nas tabelas de sensibilidade como cenário provável foram extraídas nos sites dos órgãos oficiais de divulgação dos respectivos índices.

(v) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia mensurados ao custo amortizado são representados, substancialmente, por aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos que são corrigidos por taxas de juros variáveis, conforme divulgado nas respectivas notas explicativas.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem instrumentos financeiros representados por contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores substancialmente com vencimento em curto prazo. No entendimento da Administração devido a essas características o valor justo destes instrumentos é próximo aos saldos contábeis.

(vi) Risco dos preços das commodities

A Companhia produz e comercializa soja, milho, girassol e derivados de algodão (caroço e pluma), produtos esses caracterizados como *commodities agrícolas* e oriundos de produção própria.

As *commodities* são negociadas no Brasil e no exterior e possibilitam a adoção de ferramentas de proteção de preços.

A maior parte da proteção contra a variação dos preços das *commodities* é realizada através de vendas antecipadas diretamente aos clientes com entrega física.

A Companhia gerencia o risco de exposição a *commodities*, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos.

(vii) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação na taxa de câmbio e nos preços das *commodities* e não são utilizados para fins especulativos.

Tipo	30.09.2018			31.12.2017		
	Valor de referência (nocional), em USD	Valor justo (mercado) em R\$	Efeito no resultado financeiro em R\$	Valor de referência (nocional), em USD	Valor justo (mercado) em R\$	Perda no Resultado Financeiro em R\$
<i>Swaps de moeda e taxa de juros</i>						
<i>Hedge/Swap de valor justo</i>						
(USD)	-	-	-	-	-	(181)
Ativo						
<i>Commodities</i> moeda - Milho	-	-	(673)	-	-	-
<i>Commodities</i> moeda - Algodão	-	-	-	-	-	-
<i>Commodities</i> preço - Milho	-	-	209	-	-	-
<i>Commodities</i> preço - Algodão	9.291	963	4.526	-	-	-
	9.291	963	4.062	-	-	(181)
Passivo						
<i>NDF</i> de valor justo (USD)	22.549	(4.316)	(2.097)	12.776	(11.947)	(2.174)
<i>Commodities</i> moeda - Milho	-	-	(503)	-	-	-
<i>Commodities</i> preço - Algodão	2.223	(221)	(221)	-	-	-
	24.772	(4.537)	(2.821)	12.776	(11.947)	(2.174)

h. Hedge accounting

Desde agosto de 2013, a Companhia efetua a designação formal de suas operações sujeitas a *hedge accounting* para os instrumentos financeiros não derivativos de proteção de fluxos de caixa das receitas de exportação de soja, algodão em pluma, caroço de algodão e milho, documentando: (i) o relacionamento do *hedge*; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco da Companhia em tomar o *hedge*; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o *hedge* e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração retrospectiva e prospectiva da efetividade do *hedge*.

A Companhia efetuou registro dos ganhos e perdas considerados como efetivos para fins do *hedge accounting* em conta específica no patrimônio líquido, até que o objeto de cobertura (item coberto) afete o resultado, momento no qual este ganho ou perda de cada instrumento designado deverá afetar o resultado na mesma rubrica que o item protegido (no caso, receita de vendas).

Em 30 de setembro de 2018, os impactos contabilizados no patrimônio líquido da Companhia e a estimativa de realização no resultado estão demonstrados a seguir:

Contrato de financiamentos	Exercício de realização					Total Geral
	2018	2019	2020	2021	2022	
Crédito à Exportação	(15.508)	(115.472)	(7.334)	(4.738)	(403)	(143.455)
Aquisição de Imobilizado	-	(1.602)	-	-	(396)	(1.998)
Efeito no patrimônio líquido	<u>(15.508)</u>	<u>(117.074)</u>	<u>(7.334)</u>	<u>(4.738)</u>	<u>(799)</u>	<u>(145.453)</u>

Abaixo demonstramos a movimentação dos saldos em outros resultados abrangentes durante o período:

	<u>30.09.2018</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(15.926)
Alteração no regime de tributação em 1º de janeiro de 2018	(8.205)
Saldo após alteração do regime de tributação	(24.131)
Varição do valor justo de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	(133.315)
Valores eficazes transferidos para a demonstração do resultado	10.934
Parcela ineficaz da perda transferida para o resultado financeiro	1.059
Tributos diferidos sobre <i>hedge</i> de fluxo de caixa	<u>-</u>
Saldo em 30 de setembro de 2018	<u>(145.453)</u>

24 Remuneração dos administradores

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, contemplando as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07, e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores.

A remuneração (fixa e variável) dos diretores e conselheiros no período foi a seguinte:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	30.09.2018	30.09.2017 (reclassificado)
Remuneração de conselheiros		
Remuneração fixa	(1.129)	(827)
Remuneração da diretoria		
Remuneração fixa	(2.360)	(2.891)
Remuneração variável	(1.148)	(831)
Multas contratuais	(161)	-
Encargos sociais	<u>(552)</u>	<u>(909)</u>
	<u>(5.350)</u>	<u>(5.458)</u>

- (i) Com o objetivo de melhoria na apresentação e divulgação das informações financeiras e comparabilidade com 2018, a Companhia reclassificou no período de três e nove meses, respectivamente, os montantes de R\$ 119 e R\$ 162 (controladora e consolidado), anteriormente apresentados na rubrica de remuneração dos administradores para a rubrica de despesas gerais e administrativas.

A Companhia não concede benefícios pós-emprego e benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Adicionalmente, ver Nota 30 para os pagamentos baseados em ações.

25 Receita líquida de vendas

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2018	30.09.2017	30.09.2018	30.09.2017
Receita bruta de vendas e serviços	592.728	460.389	619.966	534.969
Variação cambial (<i>Hedge</i> fluxo de caixa)	(10.934)	(19.661)	(10.934)	(19.661)
(-) Devoluções e abatimentos	(152)	(1.268)	(987)	(1.984)
(-) Impostos sobre vendas	(25.864)	(22.386)	(27.821)	(27.103)
Receita líquida de vendas e serviços	555.778	417.074	580.224	486.221

26 Despesas por natureza

Apresentamos a seguir, segregação por natureza, dos custos e das despesas apresentadas na demonstração do resultado de acordo com sua função:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2018	30.09.2017 (reclassificado)	30.09.2018	30.09.2017 (reclassificado)
Custos variáveis e gastos indiretos de produção	(159.782)	(96.152)	(154.240)	(106.291)
Matéria-prima	(239.916)	(240.828)	(239.916)	(240.828)
Variação do valor justo dos ativos biológicos e produto agrícola	242.178	80.608	250.505	93.369
Realização do valor justo dos ativos biológicos	(154.413)	(54.648)	(154.413)	(63.893)
Despesas com pessoal	(48.939)	(44.880)	(49.279)	(60.372)
Honorários da administração	(5.350)	(5.458)	(5.350)	(5.458)
Manutenções, reparos e serviços de terceiros	(40.304)	(42.919)	(40.996)	(48.996)
Depreciações e amortizações	(23.598)	(25.858)	(26.617)	(27.742)
Fretes, comissões e despesas portuárias	(10.294)	(3.413)	(10.295)	(7.607)
Resultado na venda e baixas de bens do imobilizado	(234)	(293)	(246)	(296)
Reversão (perdas estimadas) em créditos de liquidação duvidosa	237	21.129	35	21.129
Reversão das perdas estimadas de estoques	299	77	299	77
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(11.481)	(8.597)	(12.571)	(24.225)
	(451.597)	(421.232)	(443.084)	(471.133)

Tais valores estão apresentados na demonstração do resultado do exercício nas seguintes rubricas:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2018	30.09.2017 (reclassificado)	30.09.2018	30.09.2017 (reclassificado)
Custo dos produtos vendidos	(487.457)	(421.042)	(484.269)	(454.631)
Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	242.178	80.608	250.505	93.369
Realização do valor justo dos ativos biológicos	(154.413)	(54.648)	(154.413)	(63.893)
Despesas com vendas (i)	(10.246)	(3.404)	(10.247)	(6.952)
Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem (i)	(33.280)	(37.554)	(35.489)	(39.846)
Honorários da administração	(5.350)	(5.458)	(5.350)	(5.458)
Outras receitas (despesas) operacionais	(3.029)	20.266	(3.821)	6.278
	(451.597)	(421.232)	(443.084)	(471.133)

- (i) Com o objetivo de melhoria na apresentação e divulgação das informações financeiras e comparabilidade com 2018, a Companhia reclassificou no período de três e nove meses, respectivamente, além dos valores mencionados na nota explicativa 24, os montantes de R\$ 3.382 e R\$ 3.404 (controladora) e R\$ 3.404 e 6.952 (consolidado), respectivamente, anteriormente apresentados na rubrica de despesas gerais e administrativas para a rubrica de despesas com vendas.

27 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2018	30.09.2017 (reclassificado)	30.09.2018	30.09.2017 (reclassificado)
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	56	74	188	84
Ajuste a valor presente de recebíveis	60	66	890	769
Juros ativos	25.980	10.553	26.539	10.709
Variações monetárias ativas	1.924	1.493	1.924	1.493
Descontos obtidos	4.372	2.354	4.374	2.380
	32.392	14.540	33.915	15.435
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(77.396)	(49.807)	(77.672)	(49.991)
Juros passivos e multa de mora	(14.297)	(16.835)	(10.272)	(40.096)
Variações monetárias passivas	(2.391)	(2.395)	(2.391)	(2.401)
Ajuste a valor presente de fornecedores de insumos	(8.597)	(6.053)	(8.597)	(6.472)
IOF	(1.227)	(502)	(1.310)	(504)
Amortização de custos de captação	(2.445)	(1.149)	(2.445)	(1.149)
Outras despesas	(1.293)	(1.792)	(1.330)	(1.812)
	(107.646)	(78.533)	(104.017)	(102.425)
Derivativos, líquidos (i)				
Ganho com instrumentos financeiros derivativos	16.635	11.105	16.635	11.105
Perda com instrumentos financeiros derivativos	(15.394)	(12.877)	(15.394)	(12.877)
	1.241	(1.772)	1.241	(1.772)

Variações cambiais, líquidas				
Variações cambiais ativas	62.444	45.338	62.685	47.946
Variações cambiais passivas	(86.780)	(34.103)	(87.029)	(35.744)
	<u>(24.336)</u>	<u>11.235</u>	<u>(24.344)</u>	<u>12.202</u>
Resultado financeiro	<u>(98.349)</u>	<u>(54.530)</u>	<u>(93.205)</u>	<u>(76.560)</u>

- (i) Com o objetivo de melhoria na apresentação e divulgação das informações financeiras e comparabilidade com 2018, a Companhia reclassificou nos períodos de três e nove meses, respectivamente, os montantes de R\$ 253 e R\$ 1.772 (controladora e consolidado), anteriormente apresentados nos grupos de receitas e despesas financeiras para grupo específico.

28 Transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa

A seguir relacionamos as transações no período que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	30.09.2018	30.09.2017	30.09.2018	30.09.2017
Compensação de tributos a recolher com saldos a recuperar	3.313	4.456	4.050	7.159
Venda de ativos a prazo	2.395	1.339	2.395	2.712
Aquisição de imobilizado financiado	5.611	2.860	10.848	3.541

29 Resultado por ação

As tabelas a seguir reconciliam o resultado e a média ponderada do valor por ação utilizado para o cálculo do lucro (prejuízo) básico e do lucro (prejuízo) diluído por ação.

	<u>Consolidado</u>	
	30.09.2018	30.09.2017
Lucro (prejuízo) utilizado na apuração do prejuízo básico e diluído por ação	31.444	(19.685)
Quantidade de ações no período (em milhares) - média ponderada do período	<u>17.914</u>	<u>17.914</u>
Lucro (prejuízo) por ação - básico e diluído (R\$)	<u>1,7553</u>	<u>(1,0989)</u>

30 Pagamentos baseados em ações

A Companhia possui plano de remuneração baseado em ações para os seus executivos. De acordo com as condições do plano, conforme aprovado pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2009 e, posteriormente regulamentadas pelo Conselho de Administração em 7 e 26 de outubro de 2010, os executivos definidos para participação do plano receberam opções para a compra de ações ordinárias.

Cada opção de compra pode ser convertida em uma ação ordinária da Companhia no momento do exercício da opção. Nenhum valor é pago ou será pago pelo beneficiário no ato do recebimento da opção. As opções não dão direito a dividendos ou ao voto.

A quantidade de opções concedida foi definida pelo Conselho de Administração da Companhia, assessorado pelo Comitê de Recursos Humanos, e não está vinculada ao atingimento de metas individuais ou coletivas da Companhia.

Na mesma metodologia o Conselho de Administração da Companhia aprovou nos exercícios de 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017, a outorga de opções de compras de ações ao seu ex-diretor presidente. O executivo receberá opções para a compra de ações ordinárias por um preço de exercício por opção de R\$ 99,90, R\$ 104,40, R\$ 30,00, R\$ 10,59 e R\$ 11,92, respectivamente.

As opções de ações concedidas têm como uma de suas condições para exercício a permanência dos executivos na Companhia. Na situação de desligamento da Companhia, a opção deverá ser exercida no prazo de 30 dias ou perderá sua validade. Em 30 de setembro de 2018, temos vigente no programa, as opções de compras de ações concedidas ao ex-diretor presidente.

Apresentamos abaixo o demonstrativo dos planos outorgados pela Companhia e vigentes:

1ª Outorga	<u>36 meses</u>
Data da outorga	14/03/2013
Volatilidade do preço da ação	39,70% a.a.
“Vesting period”	36 meses
Prazo para exercício após o “vesting period”	36 meses
Número de opções	7.407
Valor justo - R\$	59,35
Valor da opção - R\$	99,90

2ª Outorga	<u>24 meses</u>	<u>36 meses</u>
Data da outorga	18/02/2014	18/02/2014
Volatilidade do preço da ação	27,03% a.a.	27,03% a.a.
“Vesting period”	24 meses	36 meses
Prazo para exercício após o “vesting period”	36 meses	36 meses
Número de opções	7.407	7.407
Valor justo - R\$	33,00	38,40
Valor da opção - R\$	104,40	104,40

3ª Outorga	<u>12 meses</u>	<u>24 meses</u>	<u>36 meses</u>
Data da outorga	24/02/2015	24/02/2015	24/02/2015
Volatilidade do preço da ação	57,33% a.a.	57,33% a.a.	57,33% a.a.
“Vesting period”	12 meses	24 meses	36 meses
Prazo para exercício após o “vesting period”	36 meses	36 meses	36 meses
Número de opções	7.407	7.407	7.407
Valor justo - R\$	16,80	18,30	21,00
Valor da opção - R\$	30,00	30,00	30,00

4ª Outorga	<u>12 meses</u>	<u>24 meses</u>	<u>36 meses</u>
Data da outorga	23/02/2016	23/02/2016	23/02/2016
Volatilidade do preço da ação	51,64% a.a.	51,64% a.a.	51,64% a.a.

“Vesting period”	12 meses	24 meses	36 meses
Prazo para exercício após o “vesting period”	36 meses	36 meses	36 meses
Número de opções	7.407	7.407	7.407
Valor justo - R\$	2,23	2,73	3,16
Valor da opção - R\$	10,59	10,59	10,59

5ª Outorga	<u>12 meses</u>	<u>24 meses</u>	<u>36 meses</u>
Data da outorga	24/01/2017	24/01/2017	24/01/2017
Volatilidade do preço da ação	65,88% a.a.	65,88% a.a.	65,88% a.a.
“Vesting period”	12 meses	24 meses	36 meses
Prazo para exercício após o “vesting period”	36 meses	36 meses	36 meses
Número de opções	7.407	7.407	7.407
Valor justo - R\$	7,59	8,34	8,96
Valor da opção - R\$	11,92	11,92	11,92

a. Valor justo das opções de compra de ações outorgadas durante o período (controladora e consolidado)

A Companhia reconhece a despesa com o plano de opções com base no valor justo das opções outorgadas, considerando o valor justo das mesmas na data da outorga.

A determinação do valor das opções de outorga de opções de compra foi efetuada com base na metodologia de precificação de opções *Black & Scholes*. Este modelo foi adotado por sua ampla utilização pelo mercado financeiro para avaliar este tipo de ativo.

O modelo *Black-Scholes* utiliza como premissa o vencimento em anos. As opções de ações avaliadas possuem prazo de carência para exercício e validade de 36 meses a partir de cada vencimento. O vencimento em anos representa a quantidade de dias anualizada até a validade das opções de ações.

As opções foram precificadas de acordo a volatilidade de preços históricos e foram calculadas com base na metodologia *Exponential Weighted Moving Average* para o prazo de 60 dias, utilizadas as cotações relativas a 14 de março de 2013 (1ª outorga), 18 de fevereiro de 2014 (2ª outorga), 24 de fevereiro de 2015 (3ª outorga) e 23 de fevereiro de 2016 (4ª outorga) e 24 de janeiro de 2017 (5ª outorga).

b. Movimentações nas opções de compra de ações durante o período (controladora e consolidado)

	30.09.2018	30.09.2017
Saldo em 1º de janeiro	103.698	88.884
Concedidas durante o período	-	22.221
Prescritas durante o período	<u>(14.814)</u>	<u>(7.407)</u>
 Saldo final	 <u><u>88.884</u></u>	 <u><u>103.698</u></u>

A despesa é registrada *pro-rata-temporis*, durante o período de prestação de serviços que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção em contrapartida da reserva de capital no patrimônio líquido. As despesas reconhecidas no período foram:

	Controladora e Consolidado	
	30.09.2018	30.09.2017
Despesas com pessoal - opção de ações	<u>(103)</u>	<u>(101)</u>

31 Compromissos (Consolidado)

a. Vendas futuras

Os compromissos futuros existentes em 30 de setembro de 2018 referem-se a Companhia e suas controladas, como segue:

Consolidado							
Produto	Data de Entrega	Quantidade	Contratos	Unidade	Moeda	Frete	Preço
Safra 17/18							
Algodão em Pluma (i)	Jul a Set/18	8.277	25	LP	DÓLAR	CIF	0,79
Algodão em Pluma (i)	Jul a Set/18	253	1	LP	DÓLAR	FOB	0,71
Algodão em Pluma (i)	Jul a Set/18	954	1	LP	REAL	FOB	2,31
Algodão em Pluma	Out a Dez/18	27.666	32	LP	DÓLAR	CIF	0,79
Algodão em Pluma	Out a Dez/18	1.000	1	LP	DÓLAR	FOB	0,71
Algodão em Pluma	Out a Dez/18	1.450	1	LP	REAL	FOB	2,31
Milho em Grãos (iii)	Jul a Set/18	42.461	12	SC	DÓLAR	FOB	5,09
Milho em Grãos (iii)	Jul a Set/18	9.709	2	SC	REAL	FOB	17,04
Milho em Grãos	Out a Dez/18	16.749	3	SC	DÓLAR	FOB	4,85
Milho em Grãos	Out a Dez/18	17.824	5	SC	REAL	FOB	16,80
Caroço de Algodão	Jul a Set/18	13	1	TON	REAL	CIF	310,00
Caroço de Algodão (ii)	Jul a Set/18	8.284	19	TON	REAL	FOB	319,65
Caroço de Algodão	Out a Dez/18	21.559	25	TON	REAL	FOB	293,07
Safra 18/19							
Algodão em Pluma	Jul a Set/18	6.508	12	LP	DÓLAR	CIF	0,79
Algodão em Pluma	Jul a Set/18	5.427	5	LP	DÓLAR	FOB	0,73

Algodão em Pluma	Out a Dez/18	13.454	14	LP	DÓLAR	CIF	0,81
Algodão em Pluma	Out a Dez/18	6.091	2	LP	DÓLAR	FOB	0,71
Algodão em Pluma	Jan a Mar/20	4.525	2	LP	DÓLAR	CIF	0,82
Milho em Grãos	Jul a Set/19	30.000	1	SC	DÓLAR	FOB	5,08
Milho em Grãos	Jul a Set/19	112.000	11	SC	REAIS	FOB	20,04
Milho Pipoca	Jul a Set/19	11.497	1	SC	REAIS	FOB	45,00
Soja em Grãos	Jan a Mar/19	56.000	8	SC	DÓLAR	FOB	A Fixar
Soja em Grãos	Jan a Mar/19	96.393	11	SC	DÓLAR	FOB	17,52
Soja em Grãos	Jan a Mar/19	6.049	3	SC	REAIS	FOB	69,28

- (i) Não entrega de 9.484 tons de algodão em pluma devido a chuvas e clima desfavorável no final do mês de junho, ocasionando atraso no início da colheita e beneficiamento, inviabilizando a apresentação de todo o volume mensal de *take-ups* previstos em contratos.
- (ii) Não entrega de 8.284 tons de Carço de Algodão por atraso na retirada de alguns clientes por conta da implementação da tabela de frete e, com previsão de regularização para os próximos meses.
- (iii) Não entrega de 52.170 tons de Milho por atraso gerado principalmente com a implementação da tabela de frete e, com previsão de regularização para outubro de 2018.

b. Arrendamentos e parcerias agrícolas

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia possuía contratados 55.618 hectares de arrendamentos operacionais e parcerias agrícolas mantidos com terceiros, com vencimentos até 2026, conforme abaixo discriminado:

Unidade	Localização	Estado	Área arrendada (em ha)	Vencimento dos contratos	Valores ponderados (em sacas de soja/ha/ano)	Tipo de arrendamento
	Campo Novo do					
São José	Parecis	Mato Grosso	10.295	2021	12,64	Operacional
Ribeiro do Céu	Nova Mutum	Mato Grosso	10.771	2021	9,52	Operacional
Guapirama	Diamantino	Mato Grosso	16.213	2023	12,11	Operacional
	Campo Novo do					
Parecis	Parecis	Mato Grosso	4.670	2023	12,85	Operacional
Mãe Margarida	Sta. Rita do Trivelato	Mato Grosso	7.765	2021	10,86	Operacional
Sete Placas	Diamantino	Mato Grosso	3.186	2020	13,96	Operacional
Terra Santa	Tabaporã	Mato Grosso	2.718	2026	9,84	Operacional
			55.618			

Os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos e alugueis mercantis operacionais, em reais, da Companhia, são assim resumidos:

Fluxo de pagamentos	Valores
Pagamentos em até 1 ano	48.889
Pagamentos em mais de 1 ano e até 5 anos	86.979
Pagamentos em mais de 5 anos	4.279
Total de pagamentos mínimos futuros de arrendamentos	140.147

Os contratos de arrendamentos com terceiros da Companhia são indexados pela cotação da saca de soja na região de cada unidade. Assim, os pagamentos futuros mínimos são estimados em quantidade de sacas de soja, convertidos para a moeda nacional, utilizando-se a cotação da soja em cada região, na data de cada balanço. Conseqüentemente, os valores dos pagamentos

mínimos acima demonstrados poderão sofrer significativa variação até o momento do pagamento, em função da alteração do valor do mercado da *commodity*.

Em relação aos contratos de arrendamentos com terceiros ressalta-se que:

- não há cláusulas de pagamentos contingentes;
- não há termos de renovação ou de opções de compra, salvo os termos dispostos na Lei 4.504/64 art. 92, § 3º e 95, IV, que tratam dos direitos dos arrendatários nos termos citados anteriormente;
- os contratos firmados são indexados à variação do preço da saca de soja e não há outras cláusulas de reajustamento;
- não há restrições impostas, tais como as relativas a dividendos e juros sobre o capital próprio, dívida adicional, ou qualquer outra que requeira divulgação adicional.

32 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguro contratadas junto a algumas das principais seguradoras do país, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Em 30 de setembro de 2018, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado, conforme demonstrado abaixo.

	Valor segurado
Responsabilidade civil	85.595
Riscos diversos - Imobilizado	<u>320.440</u>
	<u><u>406.035</u></u>

33 Informações por segmento

A Administração da Companhia definiu o segmento agrícola como o único segmento operacional e explora as atividades agrícolas com destaque para as culturas de soja, milho e algodão, baseando-se nos relatórios utilizados pela Diretoria Executiva da Companhia e pelo Conselho de Administração, os quais são os principais tomadores de decisões operacionais e estratégicas. As metas e avaliações de desempenho são definidas e acompanhadas considerando o segmento como um todo.

O segmento agrícola abrange, principalmente, a produção e comercialização de soja, milho e algodão cujas atividades consistem basicamente em: cultivo de produtos agrícolas e sua comercialização e beneficiamento de algodão em caroço.

A Companhia apresenta a receita líquida de vendas obtida na comercialização de seus produtos nos mercados interno e externo, como segue:

	Consolidado	
	30.09.2018	30.09.2017
Mercado interno	404.012	416.818
Mercado externo	176.212	69.403
Receita líquida de vendas e serviços	580.224	486.221

A receita líquida de vendas, por segmento geográfico, elaboradas de acordo com o país de destino da receita, são assim representadas:

	Consolidado	
	30.09.2018	30.09.2017
Brasil	81%	87%
Ásia	3%	1%
Europa	12%	6%
América do Norte	4%	6%
Total	100%	100%

O detalhamento por produto da receita líquida de vendas é apresentada a seguir:

	Consolidado	
	30.09.2018	30.09.2017
Soja	287.817	320.295
Milho	61.883	66.358
Algodão em pluma	132.999	74.481
Caroço de algodão	13.392	15.062
Revenda de produtos	95.067	29.686
Variação cambial (<i>Hedge</i> fluxo de caixa)	(10.934)	(19.661)
Total	580.224	486.221

Os principais clientes da Companhia durante os períodos de 30 de setembro de 2018 e 2017, que individualmente representaram 10% ou mais das receitas totais são como segue:

	Consolidado	
	30.09.2018	30.09.2017
Bunge Alimentos S.A.	27%	31%
ADM do Brasil Ltda.	13%	16%
Amaggi Exportação e Importação Ltda	14%	13%